

TEXTOS & DEBATES

Revista de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Federal de Roraima

NÚMERO 16
JANEIRO A JULHO DE 2009



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

Reitor: Roberto Ramos
Vice-Reitora: Gioconda Martinez
Diretor da Editora da UFRR: Rafael da Silva Oliveira

CONSELHO EDITORIAL PROFESSORES CONSELHEIROS

Alexander Sibajev
Ana Lia Farias Vale
Déborah de B. A. P. Freitas
Elisa Hatsue Brito Yoshiara
Fábio L. Wankler
Luiz Otávio Pinheiro da Cunha

Luciano Alberto Ferreira
Nelvio Paulo Dutra Santos
Rafael da Silva Oliveira
Rodrigo S. Rodrigues
Rosana da Silva

TEXTOS & DEBATES REVISTA DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

Comitê Editorial
Ana Lúcia de Sousa
Maria Luiza Fernandes

Conselho Editorial

Profa. Dra. Ana Lúcia de Sousa (UFRR)
Profa. Dra. Carla Monteiro de Souza (UFRR)
Prof. Dr. Carlos Alberto Marinho Cirino (UFRR)
Profa. Dra. Déborah de B. A. P. Freitas (UFRR)
Profa. Dra. Francilene dos Santos Rodrigues (UFRR)
Prof. Dra. Gilvete de Lima Gabriel (UFRR)
Prof. Dr. Jaci Guilherme Vieira (UFRR)
Profa. Dra. Madalena Vange M. C. Borges (UFRR)

Profa. Dra. Maria das Graças Santos D. Magalhães (UFRR)
Profa. Dra. Maria Luiza Fernandes (UFRR)
Prof. Dr. Maxim Repetto (UFRR)
Prof. Dr. Nélvio Paulo Dutra Santos (UFRR)
Prof. Dr. Reginaldo Gomes de Oliveira (UFRR)
Prof. Dr. Roberto Ramos Santos (UFRR)
Prof. Dr. Roberto Mibielli (UFRR)

Conselho Consultivo

Prof. Dr. Antonio Emílio Morga (UFAM)
Prof. Dr. Antônio Paulo Rezende (UFPE)
Prof. Dr. Durval Muniz de A. Júnior (UFRN)
Prof. Dr. José Ribamar Bessa Freire (UERJ)

Prof. Dr. Manoel Luiz Salgado Guimarães (UFRRJ)
Profa. Dra. Maria Denise Guedes (UFSCar)
Prof. Dr. Nilson Cortez Crócia de Barros (UFPE)
Prof. Dr. Ramôn Peña Castro (UFScar)

Ilustração de Capa
Rafaella Ráfea da Silva Pereira
Editoração
Abreu Almeida Mubarac

A exatidão das informações, conceitos e opiniões são de exclusiva responsabilidade dos autores

Dados Internacionais e Catalogação na Publicação (CIP)

TEXTOS e Debates/Universidade Federal de Roraima,
Centro de Ciências Humanas - V.1,n.1 (Ago - Dez 1995)
Boa Vista/RR: Editora UFRR, CCH, 1995.

Periodicidade Semestral
ISSN 1413-9987

1. Periódicos. 2.Ciências Sociais. 3.História -
Universidade Federal de Roraima

CDU:0 (05)

5 APRESENTAÇÃO

7 TERCEIRO SETOR E MEIO AMBIENTE
MARINA FÉLIX DE MELO

17 CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO DE BOA VISTA/RR:
DIAGNÓSTICO E PROBLEMATIZAÇÃO

PAULINA ONOFRE RAMALHO
CARLA GISELE MACEDO S. M. MORAES

35 PROCESSO DE RURALIZAÇÃO DO URBANO:
AGRICULTORES FAMILIARES NA CIDADE DE BOA VISTA

VALDINEI FORTUNATO PORTELA

60 A CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS EM ATIVIDADES
DE FORMULAÇÃO DE TEXTUALIDADE NA LEITURA
DE UM RESUMO (ABSTRACT) – UM ESTUDO DE CASO

PARMÊNIO CITÓ

85 TEPEQUÉM, DO GARIMPO AO TURISMO,
TEPOKING (REI DOS TEPUIS).

EMERSON DA SILVA RODRIGUES
JACI GUILHERME VIEIRA

LIVRARIA & PAPELARIA DA EdUFRR

Nossa livraria é a única em
Roraima que trabalha exclusivamente
com livros de editoras universitárias.
Faça-nos uma visita!

EDUSC - PUC/SP - EDUFMG - EdUFBA - EDUSP -
EdFSM - EdUFG - EDITORA DA UNISINOS - EdUFSCar -
EdUERJ - EdUFRJ - EdUFSC - EdUFRGS - EDITORA DA UnB -
EDITORA DA UNESP - EDITORA DA FIOCRUZ - ASSOCIAÇÃO
EDITORIAL HUMANITAS - EDIPUCRS - EDUA - EDITORA DA UFV -
EDUFLA - EDITORA DA ULBRA - EdFRO - EDUFPA -
ENTRE OUTRAS..

ALÉM DA CLACSO (ARGENTINA) E UNESCO



www.editoraufrr.com.br



APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que o Centro de Ciências Humanas, em conjunto com a Editora da UFRR, proporciona à comunidade universitária a edição número 16 da Revista Textos & Debates.

Após o forte empenho do comitê Editorial da Revista estamos empenhados em garantir a regularidade e a qualidade da mesma. Deste modo, cumprimos com o principal objetivo da Revista que é estimular a produção acadêmica e científica e garantir aos professores, pesquisadores e estudantes da UFRR e de outras instituições do país um espaço adequado para publicar seu trabalho. É com grande satisfação também que observamos a imensa procura e, conseqüentemente, as contribuições de outros profissionais do país, que cada vez mais têm enviado textos para serem publicados em nossa Revista, ampliando o debate tão necessário para a retomada de posições críticas e para a constituição do processo de produção do conhecimento.

Agradecemos a todas as pessoas que contribuíram com seus artigos para a publicação desse número, desejando aos leitores uma boa leitura e que se sintam estimulados a contribuir com suas produções acadêmicas para os próximos números.

As editoras



SECRETARIADO EXECUTIVO

Do Perfil à Prática

Maria Ivone Alves da Silva (Org.)



ARTIGO

TERCEIRO SETOR E MEIO AMBIENTE

RESUMO: Objetivamos discutir, brevemente, como têm se dado as discussões sobre o Terceiro Setor brasileiro e, particularmente, sobre as ONGs que atuam em defesa do meio ambiente, levantando questionamentos acerca das limitações enfrentadas pelo Terceiro Setor neste contexto

Palavras-chave: Terceiro Setor, Participação, Meio Ambiente.

(...) a participação, quando não passa de um ritual que pessoas alienadas praticam como robôs programados, transforma-se rapidamente em uma paródia de si mesma e em um convite para desígnios manipulativos
(Rahnema, 2000)

Terceiro Setor e Participação: Um esboço de problematizações

O presente ensaio busca fazer um breve apanhado dos significados de termos que ligam o Terceiro Setor a mais outros dois, a saber, Participação e Meio Ambiente. A proposta surge a partir da leitura dos verbetes destinados aos dois termos citados no “Dicionário do Desenvolvimento” (2000), ponto guia da discussão. Em um primeiro momento, nos lançamos a descrever algumas nuances do que vem a compor o chamado Terceiro Setor, isto é, perpassaremos sobre seu funcionamento, sem primarmos por uma descrição rigorosa do termo em questão. Posteriormente, partiremos a conciliar as ações de ONGs, por exemplo, no tocante à temática do meio ambiente e das relações pertinentes a este.

Em princípio, vemos que o nome ‘Terceiro Setor’ demanda a explicação de mais outros dois termos: Primeiro e Segundo Setores. O Primeiro Setor é compreendido pelo Estado e o Segundo pelas organizações de cunho privado e com fins lucrativos. O Terceiro Setor, logo, engloba organizações da sociedade civil de um modo geral e é muito mais amplo do que em geral se supõe, encobrando entidades religiosas, associações de moradores, dentre muitas outras formas de atuação. Porém, ele tem se destacado atualmente através das ações de ONGs em todo o mundo. No Brasil, há a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Abong) que opera como um veículo de informações e que liga muitas entidades em redes, associadas ou não a esta.

Vale salientar que o termo ONG não existe juridicamente, é um nome “fantasia” pelo fato destas instituições terem surgido como anti-estado - diferentemente da atual conjuntura.

O Terceiro Setor agora passa a ser visto como um setor da sociedade que desdobra uma força econômica relevante, significativa e que, hodiernamente, é um “modismo” no mundo capitalista que tende a construir um “capitalismo humanizado”, como versado por muitas retóricas desenvolvimentistas atuais. Não obstante, como gerir o Terceiro Setor como economicamente importante se este é extremamente deficitário no que se refere a sua sustentabilidade? Muitas ONGs são mantidas por empenhos estrangeiros e, quando não, pelos Primeiro e Segundo setores locais. Disto, podemos entender que se uma ONG não ergue por si só uma manutenção independente (por depender de outras fontes de recursos), ela serve à sociedade por outros meios, baseados, por exemplo, na argumentação de que preservar a natureza é necessário. Enfim, temos uma visão economicista atrelada a uma ideologia. Contudo, cabe ressaltar a existência de uma polêmica que gira em torno das ONGs por estas se pautarem por diferentes modelos de atuação. O fato de algo tão mistificado e ideologizado ser associado à esfera econômica causa, em muitas falas, críticas em tom de desconfiança e apontam contradições no funcionamento dessas instituições.

Eis quando o ideológico não se encaixa com o econômico, a exemplo de ONGs que se dizem contra o sistema capitalista vigente e que dependem do dinheiro desse sistema, ou gerado dentro desse sistema.

Vemos que o Terceiro Setor, apesar de todo o dito acima, ainda é encarado como sendo útil ao fomento do progresso econômico. Para seu funcionamento, as Organizações do Terceiro Setor geralmente fazem um papel intermediário: ligam o cidadão comum a entidades e organizações que podem participar da solução de problemas sociais identificados. Uma preocupação que surge junto à expansão do Setor é a de saber se este é um “mercado” em ascensão ou não. O peso da palavra “mercado” remonta, novamente, à ligação com uma preocupação ideológica, afinal, o que é sociedade civil? Se for “tudo”, inclui também o Mercado. Porém, partimos do pressuposto de que o Terceiro Setor está sim, e muito, atrelado ao Mercado e que vive deste (lembramos que muitas ONGs são sustentadas pelo marketing, pela mídia).

Podemos dizer que essas organizações se debatem com problemas como a sustentabilidade financeira, com a crítica que lhes são lançadas sobre serem substitutivas ao Estado (algo que muitas delas contestam, alegando serem complementares), dentre muitos outros. Logo, são instituições privadas com fins públicos, agregadas a pressupostos de voluntariado, sem fins lucrativos (tomamos o lucro, em verdade, a mais valia, como o acúmulo de capital que gera mais acúmulo de capital) e são guiadas por princípios de reciprocidade.

Ana Claudia Chaves Teixeira (2003), baseando-se na obra de Landim (1993), elabora quatro conjuntos do que seriam as ONGs no Brasil. No primeiro, ela se refere às organizações de assessoria e apoio, muito do que havia enquanto movimentos populares que se transformaram em ONGs nas décadas de 1960, 70 e 80, com o apoio da Igreja Católica, que juntamente com essas organizações difundiu grande parte do discurso e valores dos movimentos populares da época. No segundo conjunto, que compreende o fim da década de 1980 e começo da década de 1990, tem-se o surgimento das ONGs ambientalistas, de combate ao HIV, de proteção aos menores abandonados etc, que mobilizam a sociedade com novos temas, segundo Teixeira: “(...) em alguns casos, fica difícil dizer exatamente o que é movimento social e o que é uma ONG, pois muitas ONGs parecem constituir uma parte essencial do movimento social a que estão vinculadas” (Teixeira, 2003, p. 19). No terceiro conjunto, que prevalece na década de 1990, a autora enxerga grupos e fundações

empresariais que passam a se declarar enquanto ONGs, gerando uma confusão sobre o termo, continuada pelo quarto conjunto, que compreende entidades que antes se viam como filantrópicas, a exemplo da imprensa, e que também passam a se nomear enquanto ONGs.

Outro aspecto interessante que decorre junto à nova guinada na organização destas entidades é a diversidade de características práticas/intelectuais dos que se envolvem no Terceiro Setor (lembramos que, por exemplo, instituições filantrópicas como igrejas são antigas na história, mas se compunham sob outras perspectivas organizacionais/legais). Preocupações com o meio ambiente, por exemplo, não se limitam aos cursos da área de saúde ou, inquietações com poções de pobreza não se restringem aos cursos de Ciências Sociais. Constantemente, muitas portas se abrem para cosmovisões e atuações de pessoas de cursos como Administração, Marketing etc, ou mesmo para pessoas que não fazem parte do terceiro grau escolar, como estudantes secundaristas que desenvolvem projetos diversos ou como voluntários que se envolvem com os mais diferentes problemas a que essas entidades se lançam a amenizar/resolver.

Diante do Terceiro Setor e de uma série de problemas que este enfrenta, podemos aferir que “a desigualdade é grande, não há tempo para criar rivalidades entre setores” (Beltrão, 2004)¹. Antes de adentrarmos no tema das ONGs junto à defesa ao meio ambiente que se tornou, inclusive, um ramo de forte atuação de entidades em todo o mundo, perpassaremos pela noção de participação nessa lógica de atuação.

De acordo com o “Dicionário do Desenvolvimento” (2000), no verbete “Participação”, vemos que Majid Rahnema aponta como muitas vezes este termo tem sido usado de forma manipulada, isto é, fora de contexto ou dando possibilidade de interpretações diversas. A participação adquire, assim, uma esfera moral e eis então o porquê de lembrarmos que nem toda participação é voluntária, da mesma forma que o Terceiro Setor não se sustenta apenas pelo voluntariado. Vale ainda destacar que Daniel Lerner, como outros autores,

¹ Palestra proferida em 12 de abril de 2004 no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPE / Reunião do PET-PE

denota que as sociedades modernas são participativas, o que não ocorreu com as sociedades tradicionais.

As ONGs, e o próprio termo participação como aqui utilizado, são estratégicas nas ações de desenvolvimento. Instituições como empresas privadas, por exemplo, são capazes de fomentar a participação a fim de gerar um empenho econômico. Inclusive, muitas empresas são movidas a inclinar financiamentos ao Terceiro Setor na troca da boa imagem, pela “responsabilidade social”, ou mesmo pelos incentivos fiscais dados pelo Estado. “A participação tornou-se um slogan politicamente atraente” (Rahnema, 2000).

“As ONGs adquiriram de que sua abordagem ‘participatória’ e menos burocrática lhes permitiu satisfazer as necessidades dos beneficiários de seus projetos de forma mais eficiente e a um custo mais baixo” (Ibid: 195).

Daniel Lerner, em sua concepção de construção moderna de participação, afirma que a participação almeja um projeto predefinido, algo bastante pertinente ao adentrarmos na atual construção de entidades do Terceiro Setor, uma vez que o fato destas estarem inseridas em um sistema econômico estabelecido e por dependerem deste no tocante a suas sustentabilidades, é preciso que adotem uma administração controlada, com projetos, enfim, com um aparato que inclua cada dia mais profissionais de áreas como Administração, Marketing, Relações Internacionais, Sociologia etc. Logo, observamos como o tom da profissionalização é impregnado ao tipo de atuação da qual tratamos.

Majid Rahnema indaga:

“Será verdade que as novas abordagens participativas realmente contribuirão para qualquer mudança substancial na natureza do desenvolvimento, ou será que servirão apenas como operações publicitárias, capaz de dar um novo sopro de vida a uma instituição desgastada pelo tempo?” (Ibid: 202).

Dada a questão acima, vale ressaltar algumas críticas destinadas ao sistema capitalista vigente que, nestas visões, é tratado como uma mazela. Vejamos, as ONGs amenizam/solucionam problemas sociais estando inseridas em um outro problema que é pautado na raiz do sistema social, o capitalismo. A famosa frase que corre nos bastidores das Organizações Não-Governamentais, “as ONGs nascem para morrer”² passa, então, a ter seu fim podado, uma vez que tais problemas seriam uma constante, um ciclo.

ONGS E MEIO AMBIENTE

A partir destas inquietações, observamos o caso particular de organizações que trabalham com a proteção ao meio ambiente . A questão ambiental torna-se hoje uma pauta mundial, que não se restringe a manifestações de ONGs ou à conscientização escolar provida por alguns sistemas educacionais, porém, o tema atinge uma esfera estatal, inclusive, nas Relações Internacionais. Tratados e resoluções são lançados, países em todo o mundo votam contra ou a favor de um documento que prevê uma preservação ambiental e que, por sua vez, proíbe algumas atitudes como o desmatamento. Nesta esfera de negociações, as nações mais influentes desempenham um papel de destaque, afinal, um tratado pode trazer desvantagens para algumas nações e estas não podem ser apenas solícitas em prol da preservação ambiental e por um “mundo mais saudável”. Temos, assim, um jogo de ações e negociações que carrega, como que em uma bandeira, o tema ambiental.

Não é difícil observarmos, por exemplo, como uma barreira fito-sanitária pode ser utilizada para barganhar em outros problemas que respondem a negociações econômicas. Lembremos que há alguns anos o Canadá proibiu o consumo de carne brasileira baseado na argumentação de que este produto estaria enquadrado na famosa linha da “carne louca”. Porém,

² Autoria desconhecida. Esta frase incita que se uma ONG surge para resolver um dado problema e que deve resolvê-lo até seu fim (nunca parar de lutar), quando a sociedade não mais precisar

ficou visível que o enigma era dado pelas empresas que construíam aviões, as concorrentes Bombardier canadense e a brasileira Embraer, numa disputa de mercado. Vale lembrar, e com muito afinco, que estas lutas não são apenas de origem internacional, pois, a defesa pelo meio ambiente muitas vezes não é lucrativa a algumas minorias detentoras de poder em regiões mais restritas, como indústrias poluidoras em interiores de estados brasileiros, por exemplo. “Conclamações para assegurar a sobrevivência do planeta são muitas vezes, após análise mais minuciosa, nada mais do que convocações para a sobrevivência do sistema industrial”. (SACHS, 2000, p. 128).

Segundo Wolfgang Sachs, no “Dicionário do Desenvolvimento” (2000), o meio ambiente surgiu na agenda internacional na Conferência das Nações Unidas, realizada em Estocolmo, em 1972. Foi com o Relatório Brundtland, em 1987, que se firmou a fusão entre desenvolvimento e a preocupação com o meio ambiente. Destarte, uma administração eficiente dos recursos naturais era solicitada e não mais deveríamos nos prender à antiga noção de que desenvolvimento requer poluição, como era fato nas décadas em que as indústrias surgiram “a todo vapor”.

As ONGs se reuniram pela primeira vez em Estocolmo para debater o tema e lançaram propostas. Outras iniciativas, como a ECO 92, também marcaram a história e, com o vagar, nos deparamos com termos hoje muito usados, a exemplo de “desenvolvimento sustentável”. “Não há desenvolvimento sem sustentabilidade; não há sustentabilidade sem desenvolvimento” (Ibid, p. 121).

O movimento ambientalista passa, então, a construir uma lógica social e biológica. A ecologia começa a penetrar na consciência daqueles que nunca tiveram uma formação mais rígida no que concerne ao estudo da biologia; o conceito de ecologia passa a ser amplo e a requerer uma multidisciplinaridade por parte daqueles que o interpretam. Secas, enchentes, desmatamentos, derretimento de geleiras, doenças como a malária e a dengue, queima de combustíveis fósseis etc. demandaram a criação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), do Acordo Convenção Quatro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (UNFCCC), do Protocolo de Quioto, das COPs (Conferências das Partes) e de muitos outros pontos de toque que dependem de negociações para vigorarem em suas especificidades.

A partir de tantos acordos, desacordos e debates internacionais, calha indagarmos qual o poder de barganha do Terceiro Setor diante destas relações que, em princípio, estão ligadas ao Primeiro Setor. Apesar do poder de veto destas instituições ser restrito, algumas entidades, como o Greenpeace, assumem que têm em seu funcionamento a observação e a denúncia de problemas, isto é, o popular “barulho” que estas entidades fazem podem pressionar e mobilizar decisões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um sistema educacional que promove o respeito ao meio ambiente pode ser atrelado ao trabalho de muitas Organizações Não-Governamentais, como as que incentivam a seleção de lixo, o não desperdício da água etc. Porém, é válido apontar que o Terceiro Setor, isoladamente, não tem condições de suprir uma deficiência muito maior que move a sociedade e isto é dado pela própria lógica de funcionamento social capitalista vigente. O Terceiro Setor passa, então, a atuar em uma dimensão micro (a depender da instituição e do problema que trata), porém, com assuntos de ordem macro.

Vemos que todo o debate está longe de um fim consensual e que o Terceiro Setor, tratando ou não de questões ambientais, vive um período de crescimento intenso, quando novas ONGs surgem a todo instante. Não obstante, ainda sofremos uma carência de estudos sobre o tema na ordem da qual precisamos, afinal, muitos são os questionamentos e críticas ao Setor e apenas descrevê-lo não nos basta para compreendermos a realidade atual.

BIBLIOGRAFIA:

BELTRÃO, Cecília. Sociedade Civil e ONGs. Palestra proferida em 12 de abril de 2004 no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPE / Reunião do PET-PE

FERNANDES, Rubem César. Privado porém público: o Terceiro Setor na América Latina. 2.ed. Rio de Janeiro, Relume, 1994.

GREENPEACE. Disponível em: www.greenpeace.org.br. Acesso em: abril de 2004.

_____. “O que é o Terceiro Setor?” In IOSCHPE, Evelyn Berg (org). 3º Setor: Desenvolvimento Social Sustentado. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

LANDIM, Leilah. Para Além do Mercado e do Estado? Filantropia e Cidadania no Brasil. Rio de Janeiro, ISER, 1993.

_____. A invenção das ONGs. Tese de doutorado. Disponível em: <http://www.setor3.com.br/senac2/calandra.nsf/0/08256B5A0062F99E83256AA400607625?OpenDocument&pub=T&proj=Setor3&sec=Pesquisas> , 1993.

_____. “Experiência Militante: Histórias das assim chamadas ONGs”. In (org) LANDIM, Leilah. Ações em Sociedade: Militância, caridade, assistência, etc. Rio de Janeiro, ISER/NAU, 1998.

_____. “Múltiplas Identidades das ONGs”. In (org.) HADDAD, Sérgio. ONGs e Universidade: Desafios para a Cooperação na América Latina. São Paulo, Abong, 2002.

_____. “É o momento de pensar na desconstrução do nome ONG”. In Revista do Terceiro Setor, 2002.

LANDIM, Leilah & CONTRIM, Letícia Ligneul. ONGs: um perfil. São Paulo, Abong/Iser, Cadastro das afiliadas à Associação Brasileira de ONGs (Abong), 1996.

LANDIM, Leilah & SCALON, Maria Celi. Doações e Trabalho Voluntário no Brasil. Rio de Janeiro, Sete Letras, 2000.

MENESCAL, Andréa. “História e Gênese das Organizações Não-Governamentais”. In: GONÇALVES, Hebe Signorini (org). (1996), Organizações Não Governamentais: solução ou problema? São Paulo, Estação Liberdade, 1996.

RAHNEMA, Majid. Participação. In: Dicionário do Desenvolvimento. Ed. Vozes, 2000.

SACHS, Wolfgang. Meio Ambiente. In: Dicionário do Desenvolvimento. Ed. Vozes, 2000.

SHIVA, Vandana. Recursos Naturais. In: Dicionário do Desenvolvimento. Ed. Vozes, 2000.

SZAZI, Eduardo. Terceiro Setor: regulação no Brasil. 2.ed. São Paulo, Peirópolis, 2001.

TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. Identidades em construção: as organizações não-governamentais no processo brasileiro de democratização. São Paulo: Annablume; Fapesp; Instituto Polis, 2003.

ARTIGO

**CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO DE BOA VISTA/RR:
DIAGNÓSTICO E PROBLEMATIZAÇÃO**

RESUMO: Este artigo apresenta as conclusões da primeira etapa da pesquisa “Diagnóstico e Cadastramento do Acervo Documental dos Centros de Informação de Boa Vista/RR”, cujo objetivo é a identificação das principais dificuldades que pesquisadores e instituições enfrentam, respectivamente, para acessar, conservar e difundir a documentação histórica de Roraima. A coleta de dados através de questionário e observação in loco revelou, como resultado, o diagnóstico sobre a segurança, as condições de acondicionamento do acervo, as instalações físicas e os recursos materiais dos principais centros de documentação de Boa Vista.

Palavras-chave: Centro de documentação. Conservação de acervos. Diagnóstico.

¹ Licenciada Plena em História e Especializanda em Patrimônio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). E-mail: paulinaramalho@yahoo.com.br

² Arquiteta e Urbanista - Mestre em Desenvolvimento Urbano. Técnica do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). E-mail: carla_gi@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O presente artigo expõe as conclusões da primeira etapa da pesquisa “Diagnóstico e Cadastramento do Acervo Documental dos Centros de Informação de Boa Vista/RR”, desenvolvida no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), como atividade do Programa de Especialização em Patrimônio (PEP). Esta etapa consiste na identificação das principais dificuldades que pesquisadores e instituições enfrentam, respectivamente, para acessar e conservar a documentação histórica de Roraima.

Percebemos no estado de Roraima, nos últimos anos, um relativo incremento no quadro das pesquisas desenvolvidas nas mais diversas áreas. No entanto, elas continuam extremamente escassas se comparadas ao potencial do estado. Analisando essa insuficiência dos trabalhos realizados, percebemos que a grande dificuldade de se desenvolver uma pesquisa são as fontes, ou melhor, o acesso a elas.

Nesse sentido, consideramos importante um trabalho que se destine a fazer um diagnóstico do atual estado dos centros de informação de Boa Vista e das condições de acesso às fontes documentais.

Inicialmente, para embasar as questões metodológicas e o trabalho de campo, teceremos uma discussão conceitual a partir de princípios da arquivologia e biblioteconomia. Em seguida, apresentaremos a metodologia utilizada e os resultados produzidos. As considerações finais abordam o atual estado dos centros de documentação de Boa Vista e suas implicações para as pesquisas empreendidas em Roraima. Situamos nossa iniciativa, nessa conjuntura, como uma contribuição para o conhecimento, manuseio e tratamento da documentação roraimense.

A GESTÃO DOS CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO: CONCEITOS E PRINCÍPIOS

Ao desenvolvermos a pesquisa, recorreremos aos conceitos utilizados pela Arquivologia para definir, segundo a finalidade, as instituições que possuem a guarda dos documentos de Roraima:

ARQUIVO - É a acumulação ordenada dos documentos, em sua maioria textuais, criados por uma instituição ou pessoa, no curso de sua atividade, e preservados para a consecução de seus objetivos, visando à utilidade que poderão oferecer no futuro.

BIBLIOTECA - É o conjunto de material, em sua maioria impresso, disposto ordenadamente para estudo, pesquisa e consulta.

MUSEU - É o conjunto de interesse público, criado com a finalidade de conservar, estudar e colocar à disposição do público conjuntos de peças e objetos de valor cultural. (...)

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO - Tem por finalidade coligir, armazenar, classificar, selecionar e disseminar toda a informação. (PAES, 2004, p. 16;17; grifos da autora)

A partir destes conceitos, percebemos que o centro de documentação ou informação é o mais complexo, tendo em vista que reúne documentação diversificada (livros, filmes, relatórios, microfilmes, fotografias, mapas etc.) e “abrange algumas atividades próprias da biblioteconomia, da arquivística e da informática (PAES, 2004, p.17). Assim, seu campo de atuação é mais amplo que o dos órgãos de documentação especializados em um único tipo de documento. Para efeito deste trabalho, o termo centro de documentação ou informação será utilizado, de maneira geral, para designar os locais pesquisados.

O estabelecimento de uma nomenclatura mais eficiente para designar os locais que guardam os documentos surgiu da ampliação do conceito de acervo que, inicialmente restrito ao documento em suporte de papel, agora inclui documentos de diferentes espécies (atas, decretos, relatórios, diapositivos, gravuras, plantas, mapas) e gêneros (audiovisuais, filmográficos, iconográficos, cartográficos, sonoros, informáticos, textuais) (PAES, 2004, p.25-26). Esta ampliação do conceito aumentou a complexidade da gestão de acervos, exigindo novos instrumentos de conservação e segurança (MAST; MUSEU VILLA-LOBOS, 2006, p.5).

Os desafios da conservação são muitos, contribuindo para a deterioração dos acervos fatores diversos, que vão desde a ação antrópica até as condições ambientais do local em que o acervo está acondicionado (GÜTHS In: MAST, 2007, p.27). A conservação preventiva é, na atual conjuntura da gestão de acervos, uma alternativa viável e econômica:

A conservação preventiva se aplica a todos os elementos do patrimônio em situação de deterioração ativa ou não, visando protegê-los de qualquer agressão natural e humana, e a adoção de medidas de conservação preventiva é, também, uma resposta dos profissionais que atuam no campo da preservação do patrimônio cultural às modificações de uso dos edifícios históricos, às variações dos sistemas de propriedade das coleções, às mudanças das condições ambientais do entorno, que tanto interferem no estado de conservação das coleções.

O ambiente é o campo de ação privilegiado da conservação preventiva, sendo o controle ambiental uma das suas principais estratégias. (CARVALHO In: MAST, 2007, p.36)

Este controle parte de estratégias diferenciadas, dependentes da realidade de cada local, que incluem medidas de manutenção dos níveis de temperatura, umidade relativa, iluminação, bem como a exclusão das condições favoráveis à biodeterioração (poluição, incidência solar, fungos, mofo e cupins). Do mesmo modo, as instalações físicas do prédio que abriga o acervo requerem medidas específicas, pois, quando não são satisfatoriamente estruturadas contribuem para sua deterioração. Como ressalta GÜTHS,

Nos prédios antigos temos problemas nos sistemas elétrico e hidráulico, salas inadequadas, [falta de] segurança contra roubo, dificuldades de adaptação de um edifício para guarda de acervos. (In: MAST, 2007, p.27)

As condições ideais do acervo pressupõem um ambiente seguro, prevenido contra incêndio e planejado de modo que não haja incidência de luz natural e ocorra um controle da iluminação artificial, mantendo a umidade estável (entre 45 e 58%) e a temperatura sem grandes oscilações (entre 20 e 22°C), através do uso constante de aparelhos de ar condicionado e desumidificadores³. No caso de acervos já danificados, algumas operações de conservação podem auxiliar na recuperação dos documentos, tais como desinfestação, limpeza, alisamento e restauração ou reparo (PAES, 2004, p.142).

³ Uma solução alternativa para o controle da umidade é o uso de sílica-gel em recipientes plásticos, nos equipamentos que guardam os documentos (PAES, 2004, p.141).

Além dos problemas propriamente relacionados à conservação, é perceptível, na relação entre o público e o acervo, um distanciamento e desconhecimento da sua finalidade. Ainda reina a ideia do museu como um antiquário, local que somente guarda e expõe coisas antigas. A biblioteca, por sua vez, é utilizada principalmente por estudantes do ensino fundamental e médio durante suas tarefas escolares. Da mesma maneira, o arquivo público é encarado como o local que reúne uma documentação velha, fechada e restrita. Esta mentalidade vai de encontro ao uso social desses espaços, que guardam fragmentos da história, da memória e do saber humano e têm como compromisso a difusão do conhecimento.

A partir desta constatação, Belloto propõe “a extroversão dos arquivos, com a interação com a comunidade, tanto o público escolar, como o adulto [em] geral, tendo como usuário não apenas o pesquisador, mas o cidadão” (BELLOTO apud FUNARI, 2006, p.130).

Já existe uma legislação que regulamenta a conservação e extroversão de acervos, estabelecendo normas e responsabilidades sobre os documentos. O Governo Federal reconhece, desde 1937 (Decreto-Lei n.º. 25/1937), a importância da preservação dos arquivos, sejam eles públicos ou privados. A Lei n.º. 8.159, de 08 de janeiro de 1991, dispõe, em seu Art. 1º:

É dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação.

As pessoas físicas ou jurídicas que possuem arquivos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional de interesse público e social também estão sujeitas a normas jurídicas. O artigo 9º do Decreto n.º. 2.942, de 18 de janeiro de 1999 esclarece que:

Os proprietários ou detentores de arquivos privados declarados de interesse público e social devem manter preservados os acervos sob sua custódia, ficando sujeito à responsabilidade penal, civil e administrativa, na forma da legislação em vigor, aquele que desfigurar ou destruir documentos de valor permanente.

Todos esses procedimentos técnicos e legislativos constituem o respaldo a partir do qual alicerçamos o diagnóstico dos centros de informação.

DIAGNÓSTICO E PROBLEMATIZAÇÃO: A SITUAÇÃO DOS CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO

O I Encontro Roraimense dos Estudantes de História, promovido em 2008 pelos acadêmicos de História da UFRR e UERR, abordou questões fundamentais para o debate sobre os centros de documentação de Roraima. A inexistência de um arquivo público e a indisponibilidade da documentação produzida pelas instituições do estado, tanto para o público em geral como para os pesquisadores em particular, foram alguns dos aspectos discutidos no evento. Sobre o arquivo público, sabemos que:

O arquivo público (...) ainda não existe em Roraima. A informação é da Assessoria de Comunicação do Governo do Estado. Conforme o governo, o material produzido pelas secretarias é guardado no arquivo morto de cada órgão. A divisão de Patrimônio Histórico, localizada na avenida Jaime Brasil, possui arquivo de jornais e dados históricos sobre Roraima, com fotografias, discos (vinil e CD), além de livros que servem como fonte de pesquisa. Segundo a chefe da Divisão do Patrimônio Histórico, Meire Saraiva, nenhuma secretaria encaminha documentos para o setor (...). (Trecho da notícia “Historiadores debatem arquivo público”. Folha de Boa Vista, 5 mai. 2008; sem grifo no original)

Além disso, o professor Jaci Guilherme Vieira faz uma crítica ao papel do estado para a preservação documental:

Segundo o professor, é responsabilidade do Governo do Estado criar esse acervo [público], que deve armazenar todos os documentos produzidos pela burocracia além de jornais e livros que vão servir para que futuros historiadores possam contar a história do Estado. (Trecho da notícia “Roraima é o único estado que não tem um arquivo público”. Folha de Boa Vista, 23 abr. 2008; sem grifo no original)

Diante do contexto exposto, reconhecemos a necessidade de identificar, de forma mais concreta, a situação real de nossos acervos. Nesse sentido, selecionamos instituições de Boa Vista (ver Quadro 1) que se caracterizam por apresentarem documentos que são referências para os pesquisadores do estado. Das sete instituições consultadas, seis são públicas e apenas uma é de caráter privado.

Quadro 1. Centros de documentação de Boa Vista: caracterização e localização

Centros de documentação de Boa Vista	Caracterização	Localização, endereço e horário de funcionamento
Arquivo da Diocese de Roraima	Privado	Prelazia de Roraima Rua Bento Brasil, nº 613 - Centro, Boa Vista/RR (horário sujeito à disponibilidade do responsável pelo arquivo e com prévia autorização)
Arquivo da Fundação Nacional do Índio (FUNAI)	Público	Sede da FUNAI Rua Bento Brasil, nº 536-E - Centro, Boa Vista/RR (seg/sex: 8h-12h; 14h-18h)
Centro de Documentação (CEDOC) do Núcleo <i>Insikiran</i> de Formação Indígena da Universidade Federal de Roraima (UFRR)	Público	UFRR Campus do Paricarana - Av. Ene Garcez, nº 2.413, Bloco do <i>Insikiran</i> - Aeroporto, Boa Vista/RR (seg/sex: 8h-12h; 14h-18h)
Biblioteca Pública do Estado	Público	Palácio da Cultura Nenê Macaggi Praça do Centro Cívico, nº 84, pav. térreo - Centro, Boa Vista/RR (seg/sex: 8h-21h)
Centro de Informação Ambiental, Científica e Tecnológica (CIACT) e reserva técnica do Museu Integrado de Roraima (MIRR)	Público	Museu Integrado de Roraima Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, nº 2.868 - Parque Anauá - Bairro dos Estados, Boa Vista/RR (seg/sex: 13h30-18h)
Laboratório de Análise Documental do Departamento de História da Universidade Federal de Roraima (UFRR)	Público	UFRR Campus do Paricarana - Av. Ene Garcez, nº 2.413-, Bloco I - Aeroporto, Boa Vista/RR (seg/sex: 14h-18h)
Núcleo de Documentação Histórica do Estado da Divisão de Patrimônio Histórico do Estado	Público	Casa da Cultura Madre Leotávia Zoller Rua Jaime Brasil, nº 235 - Centro, Boa Vista/RR (seg/sex: 7h30-18h)

Fonte: Dados recolhidos na atividade de campo da pesquisa "Diagnóstico e Cadastramento do Acervo Documental dos Centros de Informação de Boa Vista/RR".

Após um contato prévio com as instituições, iniciamos o diagnóstico dos centros de documentação, tomando como premissas as regras básicas de conservação documental (acondicionamento, armazenamento, conservação e restauração), segurança e gestão de acervos (BACELLAR In: PINSKI (org.), 2005, p. 57).

Para mensurar as variáveis do nosso estudo e obter uma gama maior de informações sobre as instituições, que se complementaram à nossa observação *in loco*, elaboramos um questionário com 38 perguntas objetivas e semifechadas, intitulado "Questionário sobre segurança, acondicionamento do acervo e condições físicas e materiais dos Centros de Documentação de Boa Vista/RR". A elaboração tomou como exemplo o modelo formulado pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins e pelo Museu Villa-Lobos na construção de uma

política de segurança para arquivos, bibliotecas e museus (MAST; VILLA-LOBOS, 2006, p.105). A fim de adaptá-lo à realidade dos nossos acervos e às informações que desejávamos recolher em nossa pesquisa, realizamos algumas modificações (acréscimos e supressões). Por último, o questionário foi dividido em seis seções: dados gerais, infra-estrutura, segurança, instalações do centro de documentação, mecanismos de controle de acesso e sistemas de proteção do acervo (PAES, 2005, p. 35-36).

As seis instituições que responderam ao questionário até a data-limite (14 de abril de 2009), correspondentes a 85,71% do total, foram: Diocese de Roraima, Biblioteca Pública do Estado, Museu Integrado de Roraima, Núcleo Insikiran de Formação Superior Indígena da UFRR, Departamento de História da UFRR e Divisão de Patrimônio Histórico do Estado.

A análise dos dados demonstrou a realidade e a conjuntura das pesquisas e centros de informação em Roraima.

Constatamos que a maioria das instituições não possui uma área adequada para a consulta das fontes documentais que garanta a segurança do acervo e o conforto do pesquisador. Pois, a organização do espaço físico não conjuga fatores essenciais como iluminação, climatização do ambiente e mobiliário.

Gráfico 1. Ciência dos riscos aos quais o acervo está sujeito e registro de perdas nos últimos 10 anos



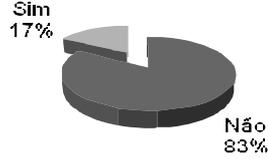
Fonte: Informações do Questionário aplicado junto aos Centros de Documentação de Boa Vista

Gráfico 2. Frequência de vistoria ao acervo



Fonte: Informações do Questionário aplicado junto aos Centros de Documentação de Boa Vista

Gráfico 3. Instalações construídas para a finalidade de abrigar o acervo



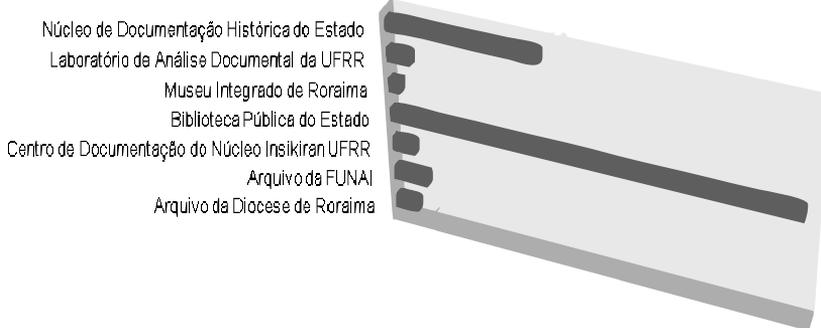
Fonte: Informações do Questionário aplicado junto aos Centros de Documentação de Boa Vista

De maneira geral, os centros de informação não possuem profissionais especializados que possam atender satisfatoriamente e acompanhar o usuário em sua pesquisa, visto que não há uma política de formação e capacitação de recursos humanos nas áreas de museologia, biblioteconomia e/ou arquivologia:

No estado, devido a falta de curso superior em biblioteconomia, há poucos profissionais da área que atuam em escolas, faculdades e universidades. Todos os responsáveis pelo funcionamento das bibliotecas têm formação na área fora de Roraima.(...)Para os profissionais da informação, dentre eles o bibliotecário, o objetivo de trabalho é a informação, devendo este estar envolvido em todo o ciclo documental ou informacional. A informação é o ponto principal para atuação do profissional bibliotecário, por isso a importância de ser formado e estar sempre se qualificando dentro da área. (LIMA, 2009. Trecho da notícia "Profissionais da área de Biblioteconomia são poucos em RR". Jornal Folha de Boa Vista, 12 mar. 2009)

A equipe que trabalha na maior parte destes centros é pequena, como pode ser demonstrado no Gráfico 4. No entanto, verificamos esforços dessas pessoas para contornar as dificuldades no tratamento documental e no atendimento ao público.

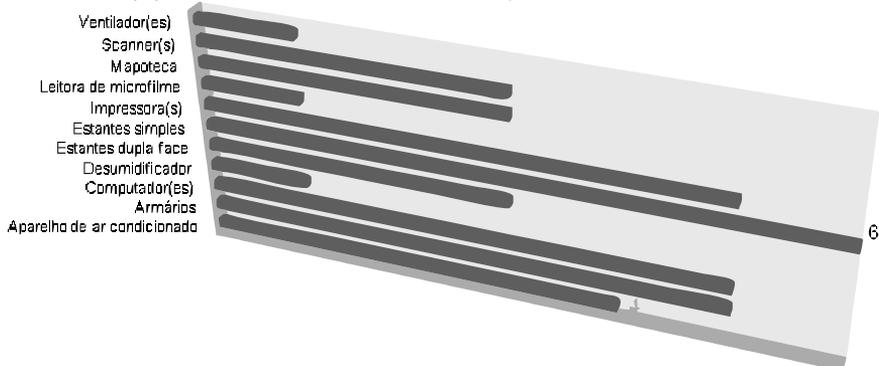
Gráfico 4. Número de pessoas trabalhando no centro de documentação



Fonte: Informações do Questionário aplicado junto aos Centros de Documentação de Boa Vista

As instalações são inapropriadas para a guarda do acervo, já que não se tratam de edifícios planejados para essa finalidade. Grande parte dos prédios não é provida de equipamentos de segurança (alarmes, extintores de incêndio, circuito interno de TV, sistema de detecção eletrônica) e mecanismos de controle ambiental (aparelhos de ar condicionado, desumidificadores, iluminação artificial adequada etc.).

Gráfico 5. Equipamentos dos centros de documentação



Fonte: Informações do Questionário aplicado junto aos Centros de Documentação de Boa Vista



Figura 1. Casa da Cultura. Mau acondicionamento de jornais
 Fonte: IPHAN/Sub-Regional de Roraima. Fotografia: Carla Moraes (abril/2009)



Figura 2. Reserva técnica do Museu Integrado de Roraima. Falta de espaço para o acervo
 Fonte: IPHAN/Sub-Regional de Roraima. Fotografia: Carla Moraes (abril/2009)



Figura 3. Casa da Cultura. Falta de espaço para documentos

Fonte: IPHAN/Sub-Regional de Roraima. Fotografia: Carla Moraes (abril/2009)

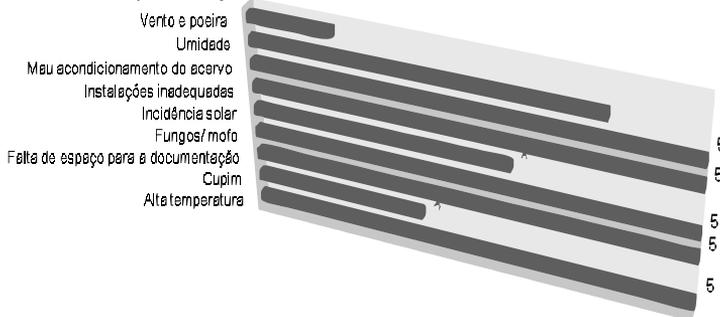


Figura 4. Reserva técnica do Museu Integrado de Roraima. Material arqueológico em caixas de sorvete

Fonte: IPHAN/Sub-Regional de Roraima. Fotografia: Carla Moraes (abril/2009)

Entre as principais ameaças ao acervo, foram citadas pelos entrevistados: umidade, alta temperatura, instalações inadequadas, incidência solar, falta de espaço para a documentação, fungos, mofo e cupins.

Gráfico 6. Principais ameaças ao acervo documental



Fonte: Informações do Questionário aplicado junto aos Centros de Documentação de Boa Vista

Apesar disso, nenhum dos centros de informação possui um plano para salvar o acervo em caso de emergência, embora a maioria tenha registrado perdas relevantes de documentos nos últimos 10 anos. Estas instituições não possuem um programa de conservação preventiva e apenas uma afirmou ter recursos destinados à conservação e restauração do acervo.



Figura 5. Reserva técnica do Museu Integrado de Roraima. Urnas funerárias em caixas de papelão
Fonte: IPHAN/Sub-Regional de Roraima. Fotografia: Carla Moraes (abril/2009)



Figura 6. Reserva técnica do Museu Integrado de Roraima. Material arqueológico em caixas de papelão
Fonte: IPHAN/Sub-Regional de Roraima. Fotografia: Carla Moraes (abril/2009)



Figura 7. Laboratório de Análise Documental da UFRR. Jornais empilhados sobre o chão
Fonte: IPHAN/Sub-Regional de Roraima. Fotografia: Carla Moraes (abril/2009)



Figura 8. Laboratório de Análise Documental da UFRR. Incidência solar sobre o acervo e espaço de consulta inadequado

Fonte: IPHAN/Sub-Regional de Roraima. Fotografia:

No que concerne aos instrumentos para processamento técnico do acervo, as instituições usam, em sua maioria, livros de registro ou simples listagens para controle dos documentos. Dentre elas, apenas três estão em processo de informatização sumária de seu acervo. A construção da base de dados digital, em razão do volume e diversidade documental, será lenta, mas extremamente necessária.

Esse significativo acervo perfaz um total de cerca de 65.000 documentos nas seis instituições. Porém, não existem investimentos sólidos no seu incremento. Somente três centros de informação afirmaram realizar freqüentes aquisições.

O quadro diagnosticado revela, portanto, um panorama alarmante, confirmando algumas afirmações explicitadas por usuários desses centros de informação, como Vieira:

Na avaliação do professor do curso de História da UFRR, Jaci Guilherme Vieira, Roraima é o único Estado que não tem arquivo público nos moldes dos demais estados (...). Conforme Guilherme, os locais não têm estrutura para pesquisa, nem pessoal qualificado para trabalhar no setor, como por exemplo, historiadores, pesquisadores e arquivistas (...). Guilherme salienta que pesquisar sobre a história local é difícil porque não há material suficiente e normalmente os

pesquisadores buscam informações em outros estados. “Não se tem acesso. Caso seja necessário saber sobre a época da ditadura em Roraima, ficamos sem informações”, reclamou. (Trecho da notícia “Historiadores debatem arquivo público”. Folha de Boa Vista, 5 mai. 2008; sem grifos no original)

A Divisão de Patrimônio Histórico, referência mais lembrada quando se fala em documentação histórica de Roraima, também não possui condições estruturais para a guarda e conservação dos documentos:

É nesse espaço que a Profª Meire Saraiva, uma grande batalhadora e guardiã dos documentos que compõe o acervo da Casa da Cultura, juntamente com o Terêncio Lima e o Nereu Souto Maior, atendem pessoalmente os alunos que buscam informações sobre Roraima. O atendimento é realizado para todos os níveis, desde o aluno de 1º e 2º graus até o aluno universitário, é lá que conseguimos as poucas informações sobre a história de Roraima e é na Divisão de Patrimônio Histórico que estão os poucos documentos que formam a memória do povo de Roraima.

No entanto, quem tiver a intenção de utilizar esses serviços tem agora que suportar um calor medonho e a falta de espaço para os servidores e visitantes, já que as instalações da Divisão de Patrimônio Histórico hoje se resumem ao anexo. (MULINARI, 2007. Trecho da notícia “Casa da Cultura Madre Leotávia Zoller II”. Jornal Folha de Boa Vista, 13 nov. 2007; sem grifo no original)

O Centro de Informação Ambiental, Científica e Tecnológica e a reserva técnica funcionam nas instalações do Museu Integrado de Roraima, compartilhando os mesmos problemas:

Além da sujeira, os boa-vistenses também reclamam do abandono do Museu. O local que possui sua arquitetura em madeira está repleto de cupins, e segundo os usuários os objetos de exposição estão mal cuidados. O estudante, Felipe Aguiar, expõe que o ano passado, a aranha caranguejeira, um dos acervos de animais, havia fugido. “Não apenas a falta de

cuidado, mas o espaço não tem atrativo, não possui uma boa aparência e métodos didáticos. Ainda querem chamar de museu, o local tem 22 anos e nunca foi valorizado”, reclama. (CHACON, 2009. Trecho da notícia “Usuários afirmam que Parque Anauá está abandonado”. Jornal Folha de Boa Vista, 5 jan. 2009; sem grifo no original)

O museu que deveria estar aberto ao público, se encontra fechado, com suas toras de madeira, que sustentam parte do telhado, corroídas pelos cupins, aumentando os riscos de ceder e causar maiores danos. (CAVINATO, 2009. Trecho da notícia “Parque Anauá: Descaso e destruição são hoje as atrações”. Jornal Folha de Boa Vista, 10 abr. 2009; sem grifo no original)

No decorrer da pesquisa, a difícil situação dos centros de documentação de Boa Vista foi se cristalizando, demonstrando as inúmeras barreiras que existem para a conservação dos acervos. Há uma deficiência muito grande, que vai desde as questões mais simples, como a falta de material de escritório, mobiliário e equipamentos específicos, até problemas mais complexos, como instalações totalmente inadequadas e carência de pessoal graduado nas áreas de Biblioteconomia e Arquivologia. A partir desse diagnóstico, apresentamos algumas reflexões que podem contribuir para o planejamento e ações que visem à segurança e conservação dos acervos pesquisados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os principais acervos documentais sobre Roraima não se encontram organizados, gerando dificuldades de acesso ao público externo, que se depara com uma grande diversidade de documentos (livros, revistas, jornais, relatórios, fotografias etc.) sem prévia catalogação. Como encontrar, em meio a caixas, estantes e armários repletos de papéis, o documento que nos interessa de fato? Esta primeira constatação nos leva a outras implicações. Tendo em vista que ainda não foi instituída a prática de quantificar e classificar a documentação, não é possível precisar, na maioria dos centros de informação, o volume do acervo. Como saber quantos e quais são os documentos sobre Roraima em cada um desses lugares? Essa estimativa é, hoje, impossível, tornando o trabalho dos pesquisadores mais árduo e dificultando medidas de preservação e segurança. No entanto, a importância desses centros é inquestionável, tendo em vista que esses são os principais locais onde é possível consultar documentos históricos do estado.

Outro problema é proporcionado pela restrição de acesso aos documentos. Alguns acervos não estão totalmente disponíveis para os pesquisadores, ora pela existência de documentos sigilosos, ora por limitações de horário para a consulta da bibliografia e, por fim, por proibições à reprodução do material.

Há, ainda, a constatação de que uma série de fontes essenciais ao entendimento do processo formador da história, cultura e sociedade roraimenses encontra-se nas mãos de particulares, que não as disponibilizam. A inacessibilidade dessas “reliquias de família”, patrimônio de todos, impede o levantamento das condições dessas coleções. Por outro lado, muitos pesquisadores localizam e acessam documentos raros, mas não divulgam sua origem aos demais estudiosos e ao público em geral. Esta prática corrente entre professores e estudantes dificulta o acesso às fontes primárias e restringe as possibilidades de novas pesquisas que precisem revisitar evidências fundamentais sobre o estado.

O diagnóstico também tornou mais explícito o fato de que importantes fontes históricas não se encontram em Roraima, mas em arquivos, bibliotecas e museus de outros estados e países. Infelizmente, se quiséssemos solicitar o direito de posse sobre esta documentação, nossos centros de informação não apresentariam as condições ideais de acondicionamento, deixando-nos numa desconfortável situação, um verdadeiro impasse. Como reivindicar para Roraima estes documentos se não temos espaço, condições e pessoal especializado para organizar, conservar, manusear e disponibilizar esse acervo ao público?

Esses problemas citados são, a nosso ver, alguns dos maiores entraves ao desenvolvimento de pesquisas em Roraima. Nessa conjuntura, nosso estudo pretende ser um alerta ao público para o atual estado físico e as condições de manutenção e divulgação dos acervos documentais.

Acreditamos, assim, que é preciso haver uma mobilização de pesquisadores, professores, estudantes e agentes públicos responsáveis, a fim de reconhecer a importância de nossos centros de documentação. Precisamos, portanto, enriquecer nossos acervos, realizando pesquisas, fortalecendo e legitimando o papel das instituições que detêm a guarda dos documentos estaduais. E mais, um grande investimento, com o incremento da infra-estrutura, é necessário à organização, conservação e, sobretudo, divulgação das fontes.

A disseminação da documentação, sob a consciência de que ela é um bem coletivo, é fundamental para que os centros de informação cumpram o seu papel social que inclui, entre outros fatores, estabelecer subsídios para políticas culturais mais sólidas. Ao mesmo tempo, estimular o público a visitar os centros de pesquisa e documentação é uma condição sine qua non para a valorização do nosso patrimônio cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKI, Carla Bassanezi (org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005. pp.23-79.

BRASIL. Decreto-Lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937. In: Coletânea de leis sobre preservação do patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006. p. 99-107.

BRASIL. Lei nº. 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 9 jan. 1991 (pub. ret. em 28 jan. 1991).

CALDEIRA, Cleide Cristina. Conservação preventiva: histórico. Revista CPC. São Paulo, v.1, n.1, p. 91-102, nov. 2005/ abr. 2006.

CAVINATO, Maria Augusta. Parque Anauá: Descaso e destruição são hoje as atrações. Jornal Folha de Boa Vista, abr. 2009. Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/fbv/noticia.php?id=59737>>. Acesso em 15 abr. 2009.

CHACON, Sonja. Usuários afirmam que Parque Anauá está abandonado. Jornal Folha de Boa Vista, jan. 2009. Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/fbv/noticia.php?id=53505>>. Acesso em: 15 abr. 2009.

FUNARI, Pedro Paulo A. Resenha do livro: BELLOTO, Heloisa Liberalli. Arquivos permanentes. Tratamento documental. 2. ed. rev. e amp. Rio de Janeiro: FGV, 2004. Revista CPC, São Paulo, v.1, n.2, p.129-132, maio/out. 2006.

HISTORIADORES debatem arquivo público. Jornal Folha de Boa Vista. Boa Vista, maio 2008. Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/fbv/noticia.php?id=39614>>. Acesso em: 29 mar. 2009.

LIMA, Vanessa. Profissionais da área de Biblioteconomia são poucos em RR. Jornal Folha de Boa Vista, mar. 2009. Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/fbv/noticia.php?id=57732>>. Acesso em 15 abr. 2009.

MULINARI, Selma. Casa da Cultura Madre Leotávia Zoller II. Jornal Folha de Boa Vista. Boa Vista, nov. 2007. Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/fbv/noticia.php?id=31711>>. Acesso em 30 mar. 2009.

MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS (MAST). Conservação de acervos. Rio de Janeiro: MAST, 2007.

MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS (MAST). Política de segurança para bibliotecas, arquivos e museus. Rio de Janeiro: MAST, 2006.

PAES, Marilena Leite. Arquivo: teoria e prática. 3. ed. rev. ampl. reimp. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

RORAIMA é o único estado que não tem um arquivo público. Jornal Folha de Boa Vista. Boa Vista, abril 2008. Disponível em: <<http://www.folhabv.com.br/fbv/noticia.php?id=39161>>. Acesso em 30 mar. 2009.

SILVA, Zélia Lopes da (org.). Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas. São Paulo: UNESP/FAPESP, 1999 (Seminários e debates).

ARTIGO

**PROCESSO DE RURALIZAÇÃO DO URBANO:
AGRICULTORES FAMILIARES NA CIDADE DE BOA
VISTA – RORAIMA**

RESUMO: As questões relacionadas às transformações no espaço rural e a agricultura no espaço urbano encontram-se em fase de acirrado debate. Desse modo, este trabalho visa mostrar as diferentes leituras que vem sendo efetuada sobre a dinâmica da agricultura, dando ênfase a agricultura familiar nas áreas urbanas da cidade de Boa Vista, estado de Roraima. Para tanto, foi necessário contextualizar a agricultura familiar, traçar o histórico de formação e analisar a transição urbana no estado, mostrando os espaços na cidade de Boa Vista onde é praticada a agricultura familiar, dando ênfase ao bairro Operário.

Palavras-chave: Espaço Rural. Espaço urbano. Agricultura familiar

INTRODUÇÃO

A discussão sobre a agricultura familiar está freqüentemente presente nos discursos dos movimentos sociais rurais, dos órgãos governamentais, dos segmentos acadêmicos e, especialmente, dos estudiosos das ciências sociais que se ocupam do tema agricultura e mundo rural. O espaço conquistado tanto social, político, como acadêmico pelo debate sobre a agricultura familiar é evidente.

1 Graduado em Ciências Sociais com habilitação em Sociologia – UFRR, especialista em Gestão para o Etnodesenvolvimento – UFRR; Mestrando em Economia UFRGS/UFRR.
E-mail: valdineifortunato@yahoo.com.br

As transformações recentes, ocorridas no meio rural brasileiro em virtude do processo de industrialização e urbanização, suscitaram inquietações a respeito dessas mudanças e complexidades, tendo como eixo principal a relação cidade-campo.

Nessa perspectiva, temas até então pouco presentes nos debates acadêmicos ressurgem com novas configurações, como é o caso da agricultura familiar em espaços urbanos. O objeto deste trabalho é, justamente, a agricultura familiar no espaço urbano do município de Boa Vista, especificamente no bairro Operário, onde predomina esse sistema de produção agrícola.

Com o enorme crescimento da pobreza urbana, do desemprego e da insegurança alimentar, a autoprodução de alimentos tornou-se uma das alternativas para uma população de excluídos, desempregados e com pouco ou nenhum grau de instrução. Dessa forma, compreender o processo de estruturação do rural no urbano torna-se fundamental, à medida que esse entendimento possibilitará a elaboração de políticas públicas. Ademais, o trabalho com a agricultura urbana permite uma importante abordagem dos hábitos culturais e de alimentação, oferece nova alternativa alimentares, trabalha a questão de mudança de hábitos, de um maior consumo de verduras, hortaliças e legumes, assim como recupera hábitos alimentares saudáveis.

Para desenvolver este estudo foi necessário coletar dados nos arquivos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/RR), Instituto de Terras de Roraima (ITERAIMA), programa Braços Abertos da Secretaria Municipal de Gestão Participativa e Cidadania (SEMGEPE) da Prefeitura Municipal de Boa Vista, além de pesquisas com os moradores do bairro Operário.

Agricultura familiar: uma revisão da literatura

A agricultura familiar tem sido objeto de estudo de vários cientistas sociais, entre eles: Abramovay e Veiga (1999), Buainain, Romeiro e Guanzioli (2003), Schneider (2003) e Lamarche (1993), que identificam essa atividade produtiva como sendo uma das principais geradoras de postos de trabalhos no meio rural. Entretanto, uma boa parte das pessoas ocupadas na agricultura familiar não conseguem obter uma renda mínima, exclusivamente, de seus estabelecimentos agrícolas.

Para sobreviver, muitos agricultores depende de rendas externas ao estabelecimento agrícola, tais como aposentadorias, venda de serviços em outros estabelecimentos, tanto familiares quanto patronais, ou mesmo atuando em atividades não agrícolas. Desta forma a renda auferida não é exclusivamente formada pelos ingressos obtidos com a venda da produção animal e vegetal gerada ao longo do ano agrícola (BUAINAIN; ROMEIRO; GUANZIROLI, 2003, p.335).

Na segunda metade dos anos 1990, surgem estudos como os de Saco dos Anjos, (1994; 1995; 2003) e Del Grossi e Graziano da Silva (1998) que, em seu conjunto, mostram a realidade de inúmeras famílias, especialmente no caso da região Sul do Brasil, que se valem não apenas de recursos agrícolas, mas também não agrícola para viabilizar sua sobrevivência.

Para Schneider (2003), a afirmação da agricultura familiar no cenário social e político brasileiro estão relacionada à legitimação que o Estado lhe emprestou ao criar, em 1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar (PRONAF). Esse programa, formulado como resposta às pressões do movimento sindical rural desde o início dos anos de 1990 nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional a categoria de pequenos produtores rurais que vinham sendo alijados das políticas públicas ao longo da década de 1980 e encontravam sérias dificuldades em manter-se em atividade.

A partir do surgimento do PRONAF, o sindicalismo rural brasileiro, sobretudo aqueles localizados nas regiões Sul e Nordeste, passaram a reforçar a defesa de propostas que vislumbrassem o compromisso cada vez mais sólido do Estado com uma categoria social considerada específica e que necessitava de políticas públicas diferenciadas, tais como juros menores, apoio institucional entre outros.

Segundo Lamarche (1993), a exploração familiar² corresponde a uma unidade de produção agrícola em que propriedade, trabalho e família estão intimamente ligados. A interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração agrícola engendra, necessariamente, noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração.

² Lamarche usa a expressão "exploração familiar" como equivalente à agricultura familiar.

O PRONAF, ao estabelecer critérios e requisitos para os produtores beneficiários do programa, define agricultor familiar da seguinte forma:

Os beneficiários do referido programa são aqueles que exploram parcela da terra na condição de proprietários, assentados, posseiros, arrendatários ou parceiros e atendem simultaneamente aos seguintes requisitos: utilizam o trabalho direto seu e de sua família, podendo ter em caráter complementar até dois empregados permanentes e contar com a ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade agropecuária assim o exigir; não detenham a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais³, quantificados segundo a legislação em vigor; tenham no mínimo 80% da renda familiar bruta anual originada da exploração agropecuária, pesca e/ou extrativa; e residam na propriedade ou aglomerado rural urbano próximo (PRONAF. Disponível em: http://www.pronaf.gov.br/quem_somos/perguntas2.htm Acesso em: 21/08/2007.)

As diretrizes do PRONAF têm como referência às experiências européias, principalmente a da França, que elegeram a agricultura familiar como a forma de produção sobre a qual se implementou, no pós-guerra, a modernização da produção agrícola e da sociedade rural.

Assim como na Europa, o padrão de organização da produção privilegiado pelo PRONAF e a sua função social, no desenvolvimento econômico do país, estão sustentados, implicitamente, nas noções de produtividade e na rentabilidade crescentes, o que resultaria, segundo os formuladores desse programa, em uma contribuição do setor para a competitividade da economia nacional e, em consequência, na melhoria da qualidade de vida da população rural. Na França, a “revolução agrícola” se realizou com o esforço de vários setores da sociedade interessados em transformar o campesinato – a base

³ Módulo fiscal é uma unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, e que estabelece a área mínima necessária à subsistência do produtor e sua família. Como um módulo fiscal corresponde, em média 25ha, será considerada agricultura familiar aquela cuja propriedade tenha no máximo 100ha.

social histórica da agricultura francesa – em um setor produtivo dinâmico, ao mesmo tempo produtor e consumidor (LAMARCHE, 1993, p. 98).

Ao contrário do que ocorreu no Brasil, em que a modernização da agricultura se sustentou nas grandes empresas e no benefício da acumulação do capital privado, na França a agricultura repousa historicamente na produção familiar, seja na geração de valores, seja em relações sociais de produção, o que justifica a decisão política de se processar a chamada “industrialização” da agricultura sobre as bases de uma força de trabalho e de um capital essencialmente familiar e de médio porte (LAMARCHE, 1993, p. 99).

Para Sauer (1998) o termo agricultura familiar tem trazido dificuldades conceituais e o seu uso, apesar de muito freqüente na literatura sobre o setor agro brasileiro, está longe de um consenso. O universo da agricultura familiar tem sido freqüentemente definido a partir do regime de trabalho e do modo de gestão da unidade produtiva. Para o autor, as características centrais de agricultura familiar são:

A gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm laços de consangüinidade e casamento; a maior parte do trabalho é realizada pelos próprios membros da família; e, a propriedade dos meios de produção (nem sempre da terra) pertence à família (SAUER, 1998, p. 89).

Cumprе destacar que as opiniões se dividem em torno aos avanços obtidos pelo PRONAF, desde sua legitimação em 1996. De um lado, há os que apostam na idéia de que o mesmo “está conseguindo produzir o ambiente institucional necessário à ampliação da base social da política nacional de crédito e de desenvolvimento rurais” (ABRAMOVAY; VEIGA, 1999, p. 45-46), ao passo que outros, criticam-no, com base no caráter contraditório de uma política que aposta no desenvolvimento local e na potencialização das atividades diversificada via industrialização, como turismo ou lazer, mas que, paradoxalmente, insiste na ênfase à profissionalização e ao apoio ao “verdadeiro agricultor” (CARNEIRO, 2000, p. 124), entendido como aquele produtor cujos rendimentos originam-se essencialmente da agricultura.

A TRANSIÇÃO URBANA EM RORAIMA

Em virtude da distância do centro do poder econômico, Roraima manteve-se esparsamente povoada por séculos. Mesmo durante o auge da extração da borracha (1850-1911), a ocupação econômica e demográfica da região foi irrelevante, sendo que sua população mal chegava a 10.000 habitantes em 1900. A derrocada da economia da borracha, fomentada pela concorrência das plantações do sudeste asiático, engendrou um pronunciado refluxo populacional e muitos indivíduos retornaram aos seus estados de origem. Com isso, a população tornou-se ainda menor, chegando a 7.424 indivíduos em 1920 (SILVEIRA; GATTI, 1988).

Com o fim do ciclo da borracha, a mineração tornou-se a principal atividade econômica. A descoberta de minas de ouro e diamantes no norte de Roraima fomentou a chegada de garimpeiros de toda a região Amazônica (RODRIGUES, 1996). Ao longo da década de 1930, outras minas de diamante foram encontradas, revitalizando a economia local, fazendo com que a população chegasse a 10.509, em 1940 (FREITAS, 1997).

A partir da concepção da geopolítica, o Presidente Getúlio Vargas (1930-1945) implementou uma série de medidas para promover o crescimento econômico e a ocupação física da região Amazônica. Tais mudanças culminaram com o decreto de criação do Território Federal do Rio Branco, em 1943, mais tarde renomeado para Território Federal de Roraima.

A implementação do Território Federal desencadeou as primeiras tentativas em promover a ocupação mais efetiva da região. Vários projetos de colonização foram implementados pelas administrações federal e local, que promoveram a transferência de colonos de regiões economicamente deprimidas do nordeste brasileiro.

Os movimentos migratórios, desencadeados pela atividade de mineração⁴ nos anos de 1930, a instalação do Território do Rio Branco nos anos 1940 e a abertura das rodovias e a implantação dos projetos de colonização nos anos 1970 não tiveram a mesma intensidade que o movimento migratório

⁴ Incorpora a concepção de mineração à partir de Rodrigues (1996, p. 92), para quem a palavra mineração funciona como sinônimo de garimpagem, à medida que no Estado de Roraima não há atividade de mineração industrial.

dos anos 1980, que conciliou os atrativos da “fronteira agrícola” com a “frente garimpeira” (RODRIGUES, 1996).

O status de Território Federal, juntamente com a criação das colônias agrícolas, teve um profundo impacto na população local. O censo de 1950 contabilizou 18.116 indivíduos, 80% acima da contagem de 1940. A tendência de crescimento continuou durante os anos 1950, culminando com uma população de 28.304 habitantes em 1960 (Figura 1).

Figura 1 – População residente - Roraima - 1950/2000

<i>Anos</i>	<i>Total</i>	<i>Rural</i>		<i>Urbano</i>	
		Habitantes	(%)	Habitantes	(%)
1950	18.116	12.984	71,67	5.132	28,33
1960	28.304	16.156	57,08	12.148	42,92
1970	40.885	23.404	57,24	17.481	42,76
1980	79.159	30.425	38,44	48.734	61,56
1991	217.583	70.814	32,54	146.769	67,46
2000	324.397	77.381	23,85	247.016	76,15

Fonte: IBGE; Elaboração AT&M in: FECOR;1995:13

Apesar de todas essas mudanças, Roraima permaneceu esparsamente povoado e economicamente isolado. O maior impedimento, à ocupação e desenvolvimento do território, era a sua grande dependência do rio Branco para o transporte. O rio não era navegável por barcos de maior calado durante a estação seca, devido a presença de corredeiras ao longo do seu curso. Esse impedimento só foi resolvido em 1976, quando a estrada de rodagem, BR 174, estabeleceu o primeiro elo terrestre entre Boa Vista e Manaus. A estrada foi, mais tarde, estendida até a divisa com a Venezuela e concluída em 1998. É importante mencionar a construção da rodovia Perimetral Norte, conhecida em Roraima como BR 210, que abriu o flanco sudoeste do Estado à colonização (BARROS, 1995).

A construção dessas estradas marcou o início de uma nova era de ocupação na região, uma vez que garantiu a ligação via terrestre durante todas as estações do ano e permitiu que vastas áreas fossem exploradas em diversos projetos de colonização. Conseqüentemente, a população, que era de 28.304 habitantes em 1960, chegou a 40.885, em 1970. A tendência de crescimento se manteve durante a década seguinte, chegando a 79.159 pessoas. Segundo Diniz e Santos (2006), esta época foi também marcada pela criação de incentivos à ocupação do território para solucionar dois problemas crônicos: o primeiro, de cunho geopolítico, que significava ocupar os “espaços vazios” do território, tendo em vista a antiga preocupação dos governos centrais em

defender as fronteiras internacionais do país; o segundo, de cunho sócio-econômico, que residia na questão regional nordestina cuja solução seria a criação de colônias agrícolas para transferir a população de regiões empobrecidas e castigadas pela seca para regiões mais úmidas e supostamente agricultáveis. Assim, as famílias de migrantes poderiam ter acesso a frações de terra para sua subsistência, servindo então como um grande fator de atração e auxiliando, concomitantemente, aos interesses geopolíticos.

Nas últimas décadas, tem ocorrido uma concentração da população nos centros urbanos. Esta tem sido uma tendência geral em todo o país e, em Roraima, também. Nas décadas de 1960 e 1970, a população rural representava 57,08% e 57,24%, respectivamente. Na década de 1980, ocorreu uma inversão significativa quando a população urbana chegou a representar 61,56%. Em 1991 a população urbana era de 67,46%, e em 2000, representava 76,15%, demonstrando, assim, o forte processo de urbanização do Estado (Figura 1).

Entre 1970 e 1980 a população de Roraima praticamente duplicou, apresentando uma taxa anual de crescimento na ordem de 6,83% ao ano. Também nesse período, Roraima sofreu profundas transformações na estrutura populacional, com destaque para a consolidação da transição urbana do Estado, que ocorreu na década de 1980, como foi dito anteriormente (RODRIGUES, 1996).

Esta tendência à concentração urbana em Roraima é explicada, em parte, pelo resultado dos esforços, sem grandes sucessos, dos empreendimentos dos governos, federal e estadual, na implementação de políticas de colonização e incentivo à migração para área rural (BARBOSA, 1994). Outro fator que contribuiu para a concentração urbana foi a “corrida do ouro” na década de 1980. Como a maioria dos garimpos estava localizada em áreas distantes de núcleos urbanos como as vilas, povoados e as pequenas cidades as referências de apoio para os garimpeiros eram as cidades maiores, mais precisamente, a capital Boa Vista que tornou-se, desta forma, o núcleo de atração dessa população, por possuir maior e melhor infra-estrutura de serviços e de diversões como, bares, cabarés, boates, além do comércio para abastecimento de produtos e equipamentos para a mineração (RODRIGUES et al, 2002).

Mas, apesar da natureza rural dos atrativos populacionais, das atividades de garimpagem e dos assentamentos agrícolas, Roraima é um estado com população eminentemente urbana.

Já na década de 1990 o estado de Roraima foi o que mais cresceu populacionalmente, entre todos os estados da região norte, a uma taxa de 10,64% ao ano, enquanto que o estado de Rondônia, na mesma década,

apresentou uma taxa de crescimento populacional de 7,87%, e o Amapá 4,65% (Figura 2).

Figura 2 – Crescimento Populacional dos Estados da Região Norte - 1950/2000

Estados	1950/1960	1960/1970	1970/1980	1980/1991	1991/2000
Rondônia	6,39	4,76	11,03	7,87	2,24
Acre	3,20	3,13	3,43	3,01	3,29
Amazonas	3,33	3,03	4,12	3,57	3,31
Roraima	4,65	3,75	6,83	10,64	4,58
Pará	3,11	3,55	4,62	3,46	2,54
Amapá	6,14	5,37	4,36	4,65	5,77
Tocantins	-	-	-	2,01	2,61

Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1950/2000.

A esse crescimento é computado a intensa atividade mineira, que praticamente triplicou os números absolutos da população do estado, que passou de 79.159 em 1980, para 217.583 na década seguinte. Além da migração para atividades de mineração, outro fator que contribuiu para o aumento dos fluxos migratórios foram as políticas de assentamentos rurais, predominantemente no sul do Estado.

A descoberta de ouro e diamantes na porção setentrional de Roraima, em meados dos anos 1980, trouxe milhares de garimpeiros para o Estado. Em 1988, O Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) estimou em 30.000 pessoas, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e a União dos Sindicatos e Associações de Garimpeiros da Amazônia Legal (USAGAL) estimavam em 45.000 pessoas no mesmo ano, sem contar aqueles que se envolveram indiretamente com o garimpo, trabalhando em atividades de apoio (RODRIGUES, 1996).

A mineração, por ser uma atividade conduzida de maneira clandestina em parques nacionais e reservas indígenas, foi fechada pelo governo Federal que removeu os garimpeiros e proibiu tal atividade, gerando um grande refluxo populacional e uma significativa diminuição nas taxas de crescimento. Entre 1991 e 2000, a taxa de crescimento populacional decresceu passando para 4,58%. Apesar desse decréscimo, o estado de Roraima ocupou nos anos 2000, o segundo lugar entre os estados da região norte que mais cresceu (Figura 2). O fato é que as áreas urbanas da região Amazônica constituem-se como pontos de congregação de uma força de trabalho altamente móvel e flexível, que é fundamental para o processo de desenvolvimento econômico da região (BECKER, 1998).

No ano de 2000, a população de Roraima era de 324.397 habitantes, distribuídos entre os 15 municípios que compõem o estado. A maior

concentração populacional está nos municípios de Boa Vista, Alto Alegre, Rorainópolis, Caracaraí e Mucajaí, respectivamente (Figura 3).

Figura 3 – População residente por município/ Roraima

Municípios	Censo 1991				Censo 2000			
	Total	Urbano	Rural	Taxa Urb. %	Total	Urbano	Rural	Taxa Urb. %
Boa Vista	122.600	120.157	2443	98,00	200.568	197.098	3470	98,27
Caracaraí	8.773	5.139	3.634	58,57	14.286	8.236	6.050	57,65
Rorainópolis*	5.496	1.457	4.039	26,51	17.393	7.185	10.208	41,31
Mucajaí	11.278	5.222	5.050	46,30	11.247	7.029	4.218	62,50
Alto Alegre	11.211	3.356	7.855	29,93	17.907	5.195	12.712	29,01
São J. Baliza	6.328	2.309	4.019	36,48	5.091	3.882	1.209	76,25
São Luiz	3.778	2.268	1.510	60,03	5.311	3.447	1.864	64,90
Iracema*	2.163	1.356	807	62,69	4.781	3.228	1.553	67,52
Bonfim	5.436	1.221	4.215	22,46	9.326	3.000	6.326	32,17
Pacaraima*	4.099	1.269	2.830	30,95	6.990	2.760	4.230	39,48
Caroebe*	3.647	890	2.757	24,40	5.692	1.977	3.715	34,73
Normandia	5.223	1.146	4.077	21,94	6.138	1.500	4.638	24,44
Cantá*	4.042	428	3.614	10,58	8.571	1.155	7.416	13,48
Amajari*	10.903	299	10.604	2,74	5.294	799	4.495	15,09
Uiramutã*	12.612	252	12.360	1,99	5.802	525	5.277	9,05
Roraima	217.583	146.769	70.814	67,46	324.397	247.016	77.381	76,15

Fonte: IBGE; censos demográficos 1991 e 2000.

* De acordo com o IBGE, para 1991 foram utilizados dados do censo do mesmo ano, considerando os devidos fracionamentos populacionais dos futuros novos municípios criados nos anos de 1994 e 1995.

De acordo com o censo de 2000, os municípios com maiores taxas de urbanização são: Boa Vista com 98,27%; São João da Baliza com 76,25%; Iracema com 67,52%; São Luiz com 64,90% e Mucajaí com 62,50%. Os municípios que podem ser considerados rurais por terem as menores taxas de urbanização são: Uiramutã com 9,05%; Cantá com 13,48% e Amajari com 15,09%.

Em números absolutos, no ano de 2000, o município de Rorainópolis quase triplicou sua população, passando de 5.496 habitantes em 1991, para 17.393 habitantes em 2000. A população dos municípios de Caracaraí, Bonfim e Cantá praticamente duplicaram, passando de 8.773, 5.436 e 4.042 habitantes em 1991 para 14.286, 9.326 e 8.571 habitantes em 2000, respectivamente. No entanto, os municípios de Amajari e Uiramutã reduziram

sua população pela metade. Isso se deve, em parte, pelo fechamento das áreas de garimpos e, conseqüentemente, da retirada dos garimpeiros nos anos de 1992, uma vez que os mesmos estavam nas áreas desses novos municípios.

No período de 1991 a 2000 os municípios de Mucajaí e Normandia permaneceram com o número da população relativamente estável, enquanto Uiramutã, Amajari e São João da Baliza tiveram uma perda populacional em torno de 20 a 50%. Em números absolutos a população desses municípios era de 12.612, 10.903 e 6.328 habitantes em 1991, decaindo para 5.802, 5.294 e 5.091 habitantes em 2000, respectivamente. Dos três municípios que tiveram uma redução populacional no período, apenas São João da Baliza modificou seu status de município rural para município predominantemente urbano. Se por um lado, São João da Baliza representa o segundo município em população urbana, abaixo apenas de Boa Vista, por outro lado, Uiramutã e Amajari, são municípios predominantemente de população rural. O município do Cantá, também se enquadra nessa condição, porém, diferentemente desses dois municípios sua população total dobrou em quantidade no período entre 1991 a 2000.

Esse intenso processo de crescimento populacional vivenciado nas últimas décadas encontra-se intrinsecamente associado à formação da rede urbana no estado de Roraima, dando início às profundas reconfigurações sócio-espaciais.

A rede urbana em Roraima

Dois importantes desdobramentos das intensas correntes inter e intra migratórias vivenciados por Roraima ao longo das últimas décadas foram, indubitavelmente, as emancipações municipais e a formação de uma rede urbana desequilibrada. No contexto de Roraima, Boa Vista se sobressai como o principal e mais complexo núcleo urbano, constituindo-se como cidade primaz e ponto de referência para a população (AMORIM FILHO; DINIZ, 2005).

Na cidade de Boa Vista, congregam-se 76,15% da população do Estado de Roraima, o que torna a cidade 23,93 vezes maior do que o segundo maior centro urbano (Caracaraí) e 27,43 vezes maior do que o terceiro maior centro urbano (Rorainópolis). Um grupo intermediário de cidades exibe populações oscilando entre 5.000 e 9.000 habitantes. Por fim, um numeroso grupo, composto por núcleos urbanos embrionários, com população abaixo de 5.000 habitantes, completa o conjunto de cidades da rede urbana de Roraima.

Em estudo recente, Amorim Filho e Diniz (2005), exploraram a organização dos centros urbanos de Roraima, revelando que suas cidades encontram-se em uma etapa bastante incipiente de hierarquização, uma vez que,

excluindo-se Boa Vista, a rede urbana de Roraima conta, predominantemente, com aglomerações de caráter semi-urbano, com a maioria da população ativa ocupada em atividades do setor primário da economia. No mesmo estudo, os autores identificam três classes de cidades na rede urbana de Roraima.

No topo da hierarquia figura Boa Vista, importante centro regional que exhibe a maior renda per capita de Roraima e níveis superiores de desenvolvimento humano e de infra-estrutura. Apesar de seu porte de cidade média, Boa Vista desempenha muitas funções características de cidades maiores, a começar por aqueles próprios de uma capital de Estado.

Apesar de presente, o setor agrícola representa apenas uma pequena parcela da economia de Boa Vista, uma vez que a taxa de urbanização do município é de 98,27%, sendo dominada pelos serviços e pelo comércio, atividades que polarizam os demais núcleos urbanos de Roraima. Ressalte-se ainda que o desequilíbrio hierárquico, entre Boa Vista e as demais cidades, é tão significativo que se pode falar, pelo menos no momento atual, do fenômeno de macrocefalia urbana⁵ na capital do Estado.

Identificou-se também um grupo intermediário de cidades, com funções e características específicas, postadas às margens das rodovias federais (BR-174 e BR-210 - Perimetral Norte). Esses eixos viários foram instrumentais à ocupação demográfica e econômica de Roraima, constituindo-se em importantes vetores de desenvolvimento. Ao longo da BR-174 encontram-se os centros emergentes: Pacaraima (na fronteira com a Venezuela), Mucajaí, Iracema, Caracaraí e Rorainópolis, e às margens da BR-210, a poucos quilômetros de seu entroncamento com a BR-174, São Luiz, São João da Baliza e Caroebe.

Esses centros emergentes gozam de posição intermediária em relação à renda per capita e aos níveis de desenvolvimento humano e infra-estrutura. Sua estrutura ocupacional sugere que tais centros cumpram funções muito específicas e de influência local, sendo igualmente importantes os setores agropecuários e prestação de serviços.

Por fim, as demais cidades de Roraima compõem o grupo de pequenos núcleos urbanos. Suas posições geográficas, mais periféricas e as condições precárias de suas estradas, são fatores decisivos na explicação da fragilidade de seus intercâmbios e da precária condição sócio-econômica de seus habitantes. Esses pequenos núcleos urbanos estão muito ligados ao mundo rural, servindo, na maioria das vezes, como dormitório para trabalhadores do setor agrícola.

Diniz (2003) os define como herança dos embrionários núcleos urbanos, criados no coração de projetos de colonização, conforme prescreve o Estatuto da

⁵ Segundo Amorim Filho e Diniz (2005), macrocefalia urbana é um fenômeno urbano que ocorre principalmente em países subdesenvolvidos. É caracterizada pelo desequilíbrio populacional de uma determinada região que pode ser classificada como cidade, estado ou país onde se tornam dominantes e autoritárias em relação a outras cidades por ser favorecida pela quantidade de habitantes que contém e também pela grande quantidade de indústrias em seu território.

Terra. O seu crescimento é condicionado pelo processo de evolução das áreas de assentamento circunvizinhas, tornando-se, portanto, entidades inseparáveis dos projetos agrícolas dos quais se originaram. As transformações estruturais no seu entorno intensificam os movimentos rural-urbanos, aumentando o tamanho e a complexidade desses núcleos. Segundo Becker (1998), tais lugares constituem-se centros de concentração e redistribuição de mão-de-obra, formada por ex-colonos e migrantes que não conseguiram acesso a terra.

Esses ex-colonos são produtos daquilo que Castells (1983) denominou de “composição da estrutura rural”. A pressão demográfica pela terra cultivada deteriora o nível de vida rural, provocando a emigração. Para esse autor, uma vez que se rompe o circuito de produção agrícola tradicional não pode ser restabelecido (CASTELLS, 1983). No entanto, ocorre um processo de ruralização no urbano. Boa Vista também vivencia este processo.

Espaço urbano X espaço agrícola no Brasil

Apesar do intenso processo de urbanização, existe nas grandes cidades brasileiras e suas periferias, uma agricultura diversificada e significativa, que inclui desde cultivo e comercialização de hortifrutigranjeiros, produção e consumo de verduras orgânicas e não orgânicas, plantas aromáticas, ornamentais e medicinais, cosméticos naturais, insumos básicos, sementes, ferramentas, adubos, atividades produtivas praticadas em fundo de quintal, feiras livres, mercados de venda de produtos artesanais, arranjos produtivos locais de flores ornamentais, colônias de pesca, pólos de lazer e turismo verde. Nas periferias encontram-se manchas de terras agrícolas mercantis e assentamentos de reforma agrária tentando produzir e comercializar produtos, criar e comercializar pequenos animais. Inúmeros e diversificados são os grupos e pessoas envolvidas com essas atividades.

A agricultura urbana é realizada em pequenas áreas dentro de uma cidade, ou no seu entorno, e destinada a produção de cultivos para a utilização e consumo próprio, ou para a venda em pequena escala em mercados locais (ROESE, 2007).

É um tipo de atividade que ocupa áreas que vão desde pequenos terrenos de 50 metros quadrados até fazendas de 200 hectares. Acontece tanto em cidades pequenas dos países em desenvolvimento, quanto nas grandes cidades do mundo industrializado, como: Amsterdã, Paris, Nova York, Los Angeles, Vancouver. Em Havana – Cuba a agricultura urbana é estratégica e cerca de 30 mil pessoas estão envolvidas nessa atividade.

No Brasil, destacam-se as cidades de Curitiba, Rio de Janeiro, São Paulo, Governador Valadares, Teresina, Belo Horizonte e Fortaleza. A prefeitura municipal de Belo Horizonte, por exemplo, implantou o projeto Centros de

Vivência Agroecológica (CEVAE) em comunidades de baixa renda que tinham como principal diretriz a construção participativa de um desenvolvimento sustentável no meio urbano. Neles foram desenvolvidos programas de intervenção socioambiental, como ações de educação ambiental e sanitária, de segurança alimentar e saúde, agroecologia e geração de renda.

Variados estudos e experiências vêm demonstrando que o cultivo agrícola, na cidade pode causar impactos significativos na segurança alimentar e nutricional da população, na educação ambiental e na preservação dos mananciais, no tratamento dos resíduos sólidos e das águas servidas e, principalmente, na geração de emprego e renda para jovens e mulheres, homens adultos e idosos. Tal situação aponta para a importância da agricultura urbana e para os benefícios de sua integração ao planejamento físico e urbanístico.

Abramovay (1998) estima que o crescimento das grandes cidades no interior do país, longe de desestimular o meio rural, pode, ao contrário, vir a ser um fator de sua dinamização.

As políticas voltadas para o fortalecimento e para a criação de novas unidades familiares no meio rural terá tanto mais sucesso quanto mais importantes forem as oportunidades de intensificação de suas ligações dinâmicas e diversificadas com as cidades. A consolidação de um sistema brasileiro de cidades é, no entanto, uma condição necessária, mas não suficiente para permitir esta integração: o fundamental é que a população rural esteja dotada dos meios, das prerrogativas que lhe permitam tirar proveito do dinamismo que as cidades tendem a propagar ao seu redor (ABRAMOVAY, 1998, p. 2).

Entre as dimensões da agricultura urbana, a segurança alimentar é certamente a mais importante e conhecida. Este tipo de agricultura contribui para a segurança alimentar da população, a partir de seu impacto nas ações de combate à pobreza e a exclusão social, ou seja, à medida que ela complementa a renda das famílias que se dedicam aos cultivos urbanos e fornece alimentos básicos para as famílias que não têm recursos para comprar no mercado.

A agricultura urbana também contribui para a segurança alimentar ao permitir o acesso da população a alimentos mais frescos e saudáveis e ao possibilitar a diversificação da dieta alimentar. É também sobre essa dimensão que as políticas públicas voltadas à agricultura urbana incidem mais diretamente. A experiência internacional dá à segurança alimentar uma

importância estratégica. A ênfase no aspecto da oferta de alimentos da agricultura urbana foi sendo construída a partir da ocorrência, em diversos países de crises alimentares, processos de desorganização dos sistemas de produção alimentar, conflitos militares de longa duração e do papel crescente desempenhado pela produção e autoprodução urbana de alimentos no abastecimento metropolitano e na alimentação de importantes parcelas da população.

O caso brasileiro é diferente, o que talvez explique, em parte, o nosso retardamento relativo na implantação das atividades de agricultura urbana. Não temos, salvo em algumas regiões mais isoladas do país, problemas de oferta de alimentos. A questão alimentar, no Brasil, está mais diretamente relacionado à demanda e à possibilidade da população ter acesso aos alimentos oferecidos no mercado. Essa diferença não diminui a importância da contribuição da agricultura urbana para a segurança alimentar da população. Ela apenas altera seu eixo de intervenção.

Nesse sentido, é importante entendermos que as políticas de apoio à dimensão da segurança alimentar da agricultura urbana são partes de um conjunto mais amplo de políticas sociais, voltadas à complementação de renda tais como o bolsa família e a geração de empregos.

A autoprodução de alimentos já foi uma prática comum nas cidades e, passou a perder importância com a aceleração do processo de urbanização e a melhoria dos sistemas de abastecimento. O aumento da densidade urbana e a substituição de casas por apartamentos acarretaram uma drástica diminuição do acesso a solos urbanos cultiváveis. Paralelamente, o preço dos alimentos apresentou uma tendência à queda, e o próprio formato dos alimentos tem se alterado. Junte-se a isso, a compra, cada vez maior, de serviços através dos alimentos selecionados, preparados e prontos para serem consumidos.

Existem, entretanto, vários outros instrumentos de complementação de renda, disponibilidade de alimentos no comércio e restaurantes populares. Por que, então, as pessoas prefeririam a autoprodução, e por que as políticas públicas as incentivariam? Qual o interesse em desenvolver tais práticas? Não seria algo atrasado, ineficiente e pouco moderno?

O crescimento da pobreza urbana, do desemprego e da insegurança alimentar nas últimas décadas, voltou a colocar, na ordem do dia, à questão da autoprodução de alimentos. Colocou, lado a lado, força de trabalho e conhecimentos disponíveis que podem ser utilizados para essa prática e para importantes necessidades alimentares não atendidas.

As práticas agrícolas urbanas e seus instrumentos de ação como as hortas individuais ou comunitárias, são permeadas por outras dimensões como a cultural - o respeito à cultura dos migrantes rurais - a educativa (nas escolas), a busca pela qualidade dos alimentos (através de práticas orgânicas), os

costumes relativos ao uso das plantas medicinais, entre outros. Nesse sentido, o trabalho com a agricultura urbana permite uma importante abordagem dos hábitos culturais e de alimentação, oferece novas alternativas alimentares, trabalha a questão de mudança de hábitos, de um maior consumo de verduras, hortaliças e legumes, bem como recupera hábitos alimentares saudáveis com o uso de plantas nativas, rústicas e resgata a sabedoria das avós.

ESPAÇOS AGRÍCOLAS NA CIDADE DE BOA VISTA

Em Boa Vista a agricultura urbana está presente nas periferias da cidade, próximo a lagos e igarapés com produção principalmente de hortifrutigranjeiros, como é o caso do bairro Operário, onde o trabalho da família é predominante. Mesmo havendo alguns trabalhadores contratados, esses produtores não se enquadram na categoria de empresários rurais, onde o tamanho da área, a condição artesanal e a temporalidade do trabalho contratado para auxiliar a família é característica da produção familiar. Parte destes trabalhadores é descendente de indígenas, alguns guianenses e a minoria de trabalhadores remanescentes de áreas propriamente rurais.

Mesmo a maioria desses agricultores não sendo remanescentes de área rural, passaram a desenvolver a atividade agrícola familiar, especificamente a hortifruticultura (PORTELA; JÚNIOR, 2008).

Os principais produtores de hortifrutigranjeiros, em Boa Vista, ou seja, o cultivo de hortaliças, a produção de frutas e a criação de animais de pequeno porte, estão localizados nas regiões conhecida como Monte Cristo no Norte da cidade e bairro Operário na região Oeste. Entretanto, existem outras localidades dentro da cidade de Boa Vista produtora principalmente de hortaliças, como os bairros Campolândia e Jardim das Copaibas. Vale destacar que em praticamente todos os bairros que circundam a cidade de Boa Vista existe produção de hortaliças. Mais o foco principal nesse trabalho é o bairro Operário. O bairro Operário está localizado na zona Oeste de Boa Vista – RR, a 14 km do centro da cidade, entre os bairros Senador Hélio Campos, Raiar do Sol e Nova Cidade. Os terrenos medem em média 5000m². A agricultura é a atividade econômica predominante no mesmo. Grande parte da população do bairro trabalha com a plantação e o cultivo de hortaliças, tais como: alface, couve, cebolinha, coentro, entre outras, que são vendidos nos mercados e feiras de Boa Vista.

Diferentemente do bairro Operário, no Monte Cristo, uma área mais antiga, com lotes maiores e que foi totalmente absorvido por produtores mais capitalizados e que trabalham com pessoas contratadas assemelhando-se a uma empresa, o trabalho familiar tem pouca importância, uma vez que a produção é praticada de forma empresarial. A atividade agrícola é bem diversificada e plenamente praticada para comercialização. Vale ressaltar a predominância da criação de aves para postura, ou seja, para a produção de ovos (JÚNIOR; PORTELA, 2008).

A expansão do espaço urbano em direção ao bairro Operário proporcionou aos moradores acesso à infra-estrutura básica, como: a pavimentação de ruas, energia elétrica, telefones residenciais e públicos e a coleta de lixo e, conseqüentemente melhoria nas condições de vida. A implantação desses serviços e da infra-estrutura básica no bairro acarretou valorização dos imóveis e a especulação imobiliária. As melhorias ocasionadas pela expansão do perímetro urbano em direção as áreas rurais, implica em diversas contradições.

O processo de expansão urbana não está ausente de contradições. A valorização de terras é uma delas. Se de um lado, as áreas rurais trazidas para o interior do perímetro são valorizadas, por outro, a própria valorização torna-se fator de expulsão dos proprietários dessas áreas. Num primeiro momento, as propriedades rurais situadas nessas áreas de expansão urbana recebem tratamento específico. Embora situadas dentro do perímetro urbano, pagam ITR (Imposto sobre Propriedade Territorial Rural). Entretanto, essa é uma realidade que não perdura por muito tempo. O processo especulativo, que se intensifica com a valorização, exerce pressão sobre tais áreas, juntamente com os interesses municipais em aumentar a arrecadação. A mudança na cobrança do imposto é uma dos fatores que promove a expulsão. O solo urbano é altamente valorizado em relação ao solo rural. O IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) cobrado sobre áreas rurais, em virtude das dimensões da propriedade, torna-se inviável para seus proprietários. Estes não tendo condições de arcar com a cobrança têm como única alternativa venderem suas propriedades (BAGLI, 2006, p. 100).

Esse aspecto da valorização das propriedades rurais em solo urbano leva os proprietários, mais cedo ou mais tarde, a se desfazerem de seus lotes devido a impossibilidade de arcarem com os custos dos impostos. Dessa forma, verifica-se que o processo de expulsão, das zonas rurais para as zonas urbanas, ocorre também nesses espaços do rural no urbano.

Pode-se afirmar que, o bairro Operário se constitui em um bairro cuja identificação é tanto com aspectos do espaço rural como urbano. Os moradores fazem uso dessa identidade mista, configurando assim, sua especificidade enquanto espaço rural-urbano e vice-versa.

PERFIL DO BAIRRO OPERÁRIO

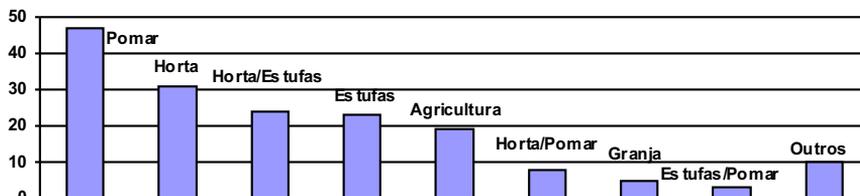
Para melhor compreensão da caracterização do bairro Operário necessário se faz traçar o perfil sócio-econômico do mesmo. Porém, antes de descrever esse perfil, creio ser indispensável esclarecer as tipologias utilizadas pela prefeitura de Boa Vista, das quais me apropriei.

A classificação das atividades rurais no bairro Operário pode ser desenvolvida em espaços abertos ou em estufas, ou seja, espaços cobertos e fechados. A prefeitura define horta como o espaço onde se planta hortaliça. Pomares são os espaços onde se plantam frutas. No entanto, somente as hortaliças são produzidas em estufas. A utilização das estufas para produzir hortaliças foi um projeto da prefeitura (Projeto Estufa) que tinha como um dos objetivos garantir a produção também no período de inverno.

Dessa forma, o bairro Operário se caracteriza por ser um bairro tipicamente produtor de hortaliças, tanto em estufas como em espaços abertos. A produção de hortaliças representa 52,35% do total dos cento e setenta (170) imóveis de uso rural, ou seja, oitenta e nove (89) dos imóveis do bairro produzem hortaliças.

Do total de imóveis do bairro Operário que tem uso rural, 20,6% desenvolve mais de uma atividade rural, bem como tipos associados de produção. Desse total, 14,1% imóveis cultivam hortaliças tanto em estufas como em espaços abertos (horta/estufa), 4,70% cultivam hortaliças e frutas (horta/pomar) e 1,8% cultivam frutas e hortaliças em estufas (estufas/pomar). Ainda do total dos imóveis com uso rural, 27,6% cultivam apenas frutas (pomar), 18,2% cultivam apenas hortaliças em espaços abertos (hortas), 13,5% dos imóveis cultivam hortaliças apenas em estufas, ou seja, vinte e três (23) imóveis produzem hortaliças em estufas (estufas), 11,2% dos imóveis produzem outros produtos agrícolas (agricultura) e, 2,9% desenvolvem atividade de criação de aves (granjas) (Figura 4).

Figura 4 - Imóveis segundo o tipo de uso - rural

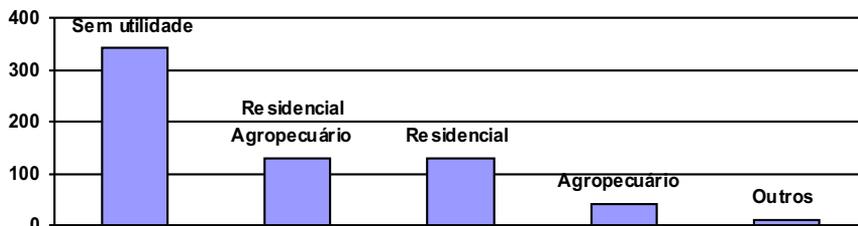


Fonte: Prefeitura de Boa Vista; Programa Braços Abertos 2004.

Outra característica do bairro é o alto número de imóveis sem qualquer tipo de utilização no momento da pesquisa, ou seja, trezentos e quarenta e quatro (344) imóveis ou 52,9% do total dos imóveis do bairro. São considerados imóveis sem utilidade, pela prefeitura, os terrenos vagos, em construção e as casas fechadas. Esse fenômeno da falta de utilização dos imóveis chama a atenção, uma vez que o índice de titulação chega a quase 100% dos terrenos do bairro. Uma explicação seria o fato de que pessoas, com maior poder aquisitivo, compram esses terrenos para especulação, aguardando um aumento do preço dos terrenos que posteriormente poderão ser transformados em área de lazer e refúgio nos finais de semana de famílias que vivem e trabalham na cidade de Boa Vista, enquanto que, outros, por falta de incentivos, financiamentos e assistência técnica utilizam o imóvel apenas como moradia enquanto trabalham na cidade (PORTELA; JÚNIOR, 2008).

Esses imóveis, de uso apenas residencial, correspondem a 19,7% do total, enquanto os de uso apenas agropecuário correspondem a 6,10%. Dos imóveis em uso diverso no bairro, 20% ou cento e trinta (130) imóveis são de uso residencial e agropecuário (Figura 5).

Figura 5 - Imóveis segundo o tipo de uso (outros)



Fonte: Prefeitura de Boa Vista; Programa Braços Abertos 2004.

Uma das dificuldades apontadas pelos moradores, que se consideram agricultores, para que o bairro se projete como um bairro de significativa produção rural é o fato de não haver uma estratégia coletiva de comercialização. A Cooperativa Hortifruti, do Projeto Estufa de Boa Vista – COOPHORTA, criada em 2003 pela prefeitura de Boa Vista não está mais comprando a produção e não há uma cooperativa dos produtores do bairro. Dessa forma, a comercialização dos produtos é feita de maneira individual, ou seja, cada produtor cultiva e vende sua própria produção e a única forma de organização dos produtores dá-se através da Associação dos Produtores de

Hortifrutigranjeiros do Bairro Operário, que funciona muito mais como associação de bairro, que reivindica melhoria de infra-estrutura, atendimento médico, entre outros, do que propriamente a organização da produção.

Quanto ao nível sócio-econômico, verifica-se que, das duzentos e sessenta e oito (268) famílias pesquisadas pela Prefeitura, vinte e oito (28) declararam não ter renda alguma. Isso corresponde a 8,6% do total. A maior parte das famílias tem renda familiar mensal de até um (01) salário mínimo, ou seja, 45,52%. As famílias que tem renda mensal de até dois (02) salários mínimos representam 29,47%, do total das famílias pesquisadas. O número de famílias que tem renda familiar mensal de até três (03) salários mínimos é de dezoito (18), o que corresponde a 6,71%. As que têm renda de até quatro (04) salários mínimos representam 3,73%. Até cinco (05) salários mínimos, 2,24% do total. Outras sete (07) famílias têm renda mensal de até sete (07) salários mínimo, representando apenas 2,61% do total e, acima de sete (07) salários apenas 1,12% do total (Figura 6).

Figura 6 - Famílias segundo renda familiar mensal

<i>Salário mínimo</i>	<i>Famílias</i>	<i>%</i>
Sem renda	23	8,60
Até 1 salário mínimo	122	45,52
Até 2 salários mínimo	79	29,47
Até 3 salários mínimo	18	6,71
Até 4 salários mínimo	10	3,73
Até 5 salários mínimo	6	2,24
Até 7 salários mínimo	7	2,61
Acima de 7 salários mínimo	3	1,12
Total	268	100,00

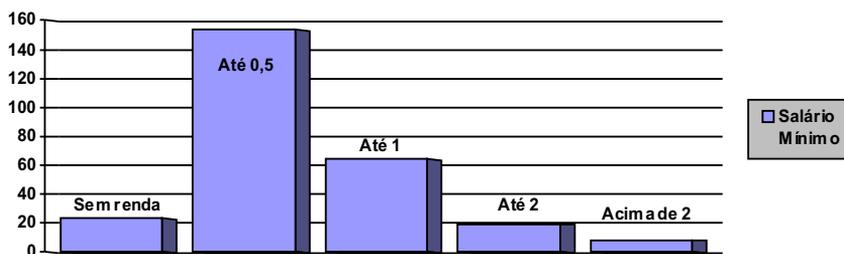
Fonte: Prefeitura de Boa Vista; Programa Braços Abertos, 2004.

Percebe-se que, 83,59% das famílias pesquisadas do bairro Operário têm renda familiar mensal entre zero (00) e dois (02) salários mínimos e que, a renda vai aumentando à medida que vai diminuindo o número de famílias.

No que diz respeito à renda mensal per capita no bairro Operário, verifica-se que 8,6% declararam não ter renda e mais da metade dos

moradores, ou seja, 57,45% do total sobrevivem com renda mensal de até meio ($\frac{1}{2}$) salário mínimo. Os moradores que possuem renda per capita de até um (01) salário corresponde à 23,9% do total de duzentos e sessenta e oito (268) famílias pesquisadas, dezenove (19) pessoas têm renda mensal per capita de até dois (02) salários mínimos, que representa 7,05% e, apenas 3% dos moradores tem renda mensal per capita acima de dois (02) salários mínimos (Figura 7).

Figura 7 - Renda mensal per capita



Fonte: Prefeitura de Boa Vista; Programa Braços Abertos, 2004.

A renda familiar mensal corrobora com os índices de renda per capita da população do bairro, ou seja, 66,05% da população sobrevivem com até meio ($\frac{1}{2}$) salário mínimo, 23,9% sobrevive com até um (01) salário mínimo e, apenas 10,05% tem renda de até dois (02) salários mínimos ou mais.

Dessa forma, percebe-se que a produção agrícola no bairro Operário funciona como uma alternativa de sobrevivência para algumas dessas famílias e o excedente dessa produção é comercializado na cidade de Boa Vista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aparição do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) marca um momento singular na trajetória do processo de intervenção estatal na agricultura e no mundo rural do Brasil. Apesar de avanços no aperfeiçoamento e ampliação do universo de cobertura, o programa permanece ancorado numa ambigüidade básica tanto em termos do público-alvo a ser beneficiado quanto aos objetivos essenciais que persegue, onde na retórica oficial, mesclam-se orientações tipicamente produtivistas com

compromissos mais amplos como a geração de empregos, a inclusão social e o desenvolvimento territorial.

A revisão da literatura serve de suporte para balizar nosso entendimento sobre o conceito de agricultura familiar de forma menos rígida, passando a concebê-la como unidade de produção agrícola em que propriedade, trabalho e família estão intimamente ligados, mas onde a renda auferida não é obtida exclusivamente pela produção agrícola, uma vez que passam a se valer também de recursos não agrícolas, tais como aposentadorias ou trabalhos avulsos, serviço público, autônomos, entre outros.

Este trabalho procurou entender o processo de estruturação da agricultura familiar no espaço urbano da cidade de Boa Vista. Para tanto se fez necessário contextualizar parte da história de Roraima mostrando a transição urbana com os movimentos migratórios e a formação da rede urbana do estado. Procurou expor a dicotomia urbano X rural no Brasil, além de apontar os espaços na cidade de Boa Vista com prática de agricultura, juntamente com o perfil socioeconômico dos agricultores familiares do bairro Operário.

Verificou-se que a ausência de horizontes e alternativas cada vez mais escassas e pouco acessíveis aos agricultores e conseqüentemente as pessoas com pouco ou nenhum grau de escolaridade, a autoprodução de alimentos nos centros urbanos tornou-se uma alternativa econômica e de sobrevivência. Por isso, pensar políticas públicas que estimulem a agricultura familiar, inclusive em espaços urbanos é de suma importância, uma vez que esse tipo de atividade é responsável por gerar grande número de empregos e conseqüentemente de renda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. Relatório de Consultoria. IICA. Projeto: Bases para a formulação da política brasileira de desenvolvimento rural. Brasília, 1998. Mimeo.

_____; VEIGA, J. E. Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). In: Texto para Discussão, nº 641. Brasília: FIPE/IPEA 07/97. 1999.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; DINIZ, Alexandre M. A. Boa Vista, Roraima: uma cidade média na fronteira setentrional do Brasil In: Cidades: relações de poder e cultura urbana. Goiânia: Editora Vieira, 2005, p. 13-34.

BAGLI, Priscila. Rural e urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (organizadores). Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural. 1º edição. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 81 – 109.

BARBOSA, Reinaldo Imbrózio. Ocupação Humana em Roraima. Uma revisão do equívoco da recente política de desenvolvimento e o crescimento desordenado. Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi; Série Antropologia, v. 10, n.1, 1994, p.271-289.

BARROS, Nilson C. Crocia. Roraima: Paisagem e Tempo na Amazônia Setentrional: Estudo de ocupação pioneira na América do Sul. Recife: Editora Universitária, 1995.

BECKER, K. Bertha. Amazônia. 6 ed. São Paulo: Ática, 1998.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Disponível em: <http://www.pronaf.gov.br/quem_somos/perguntas2.htm .> Acesso em: 07 de agosto de 2007.

BUAINAIN, Antônio Marcio; ROMEIRO, Ademar R.; GUANZIROLI, Carlos. Agricultura familiar e o novo mundo rural. Sociologias. Porto Alegre, ano 05, nº 10, 2003, p.312 – 347.

CARNEIRO, M. J. Política de desenvolvimento e o "novo rural". In: Cam-panhola, C. e Graziano da Silva, J. (Eds) O Novo Rural Brasileiro – Políticas Públicas, Jaguariúna: Embrapa, v. 4, 2000, p. 117-149.

CASTELLS, Manuel. A questão urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1983.

_____. A sociedade em rede - a era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DEL GROSSI, M.; GRAZIANO DA SILVA, J. A pluriatividade na agropecuária brasileira em 1995. Estudos Sociedade e Agricultura, outubro, nº 11, Rio de Janeiro: UFRRJ/ICH/CPDA, 1998, p.26-52.

DINIZ, Alexandre M. A. A dimensão qualitativa da mobilidade humana na fronteira agrícola de Roraima. Cadernos de Geografia. Belo Horizonte: v.13, n.21, 2003, p.44 – 59.

_____; SANTOS, Reinaldo O. dos. Fluxos migratórios e formação da rede urbana de Roraima. In: Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais – ABEP. Caxambú: volume único, 2006, p. 1 - 25.

FREITAS, Aimberê . Geografia e História de Roraima. Manaus, GRAFIMA. 1997.

JÚNIOR, Waldemar M. Vilhena; PORTELA, Valdinei Fortunato. Boa Vista: um meio urbano cercado de áreas rurais. In: BORGES Heloisa da Silva (org.). Pensando e Preservando o Olhar Histórico, Socioeconômico e Político de Roraima. Manaus: Edições UEA/ Editora Valer, 2008, p. 187 – 215.

LAMARCHE, Hugues. (coord). A agricultura familiar: comparação internacional. Campinas: Unicamp, 1993.

PORTELA, Valdinei Fortunato; JÚNIOR, Waldemar M. Vilhena. Agricultura Familiar no Centro Urbano: A Experiência do Bairro Operário em Boa Vista-Roraima. Examãpaku: Revista Eletrônica de Ciências Sociais, História e Relações Internacionais, v. 01, n. 01 2008. Disponível em: <http://www.ufrr.br/revista/examapaku/>

PREFEITURA Municipal de Boa Vista. Secretaria Municipal de Gestão Participativa e Cidadania. Programa Braços Abertos. Relatório analítico: pesquisa censitária. Boa Vista, 2004.

RODRIGUES, Francilene dos Santos. (coord). Relatório Estadual Pesquisa Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de exploração sexual realizada nos municípios de Boa Vista e Pacaraima-Roraima/Brasil e Santa Elena do Uarén – Venezuela, in: Instituto Internacional de Leis sobre Direitos

Humanos/ De Paul College; Instituto Interamericano del Niño/Oea; Cecria - Centro de Referência, Estudos e Ações Sobre Crianças e Adolescentes; Ministério da Justiça/Secretaria de Direitos Humanos, 2002.

RODRIGUES, Francilene dos Santos. Garimpando a sociedade roraimense: uma análise da conjuntura sócio-política. Núcleo de Altos Estudos da Amazônia. Belém: Universidade Federal do Pará, 1996. Dissertação.

ROESE, Alexandre Dinnys. Agricultura urbana. Disponível em: <www.cpad.embrapa.br/publicacoes>. Acesso em: 12 de dezembro de 2007.

SACCO DOS ANJOS, F. A Agricultura Familiar em transformação: O caso dos colonos-operários de Massaranduba, Santa Catarina. Pelotas: Editora da UFPEL, 1995.

_____. A Agricultura Familiar em Transformação: o surgimento dos part time farmer's em Santa Catarina in: Anais do XXXII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, Brasília: SOBER, 1994, p. 442-449.

_____. Agricultura Familiar, Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Sul do Brasil. Pelotas: EGUFPEL, 2003.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. 3 ed. São Paulo, Hucitec, 1996.

SAUER, Sérgio. Reforma agrária e geração de renda no meio rural. São Paulo: Associação brasileira de estudos do trabalho – ABET, 1998.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo: v.18, n° 51, 2003, p. 99 – 121.

SILVA, Sylvio Banbeira de Mello; SILVA, Bárbara-Cristine Nentwig. A rede urbana de Roraima: primazia e integração. Revista de Desenvolvimento Econômico. Salvador, vol. 6, n.10, 2004, p. 38-46.

SILVEIRA, Isolda Maciel; GATTI, Marcelo. Notas sobre a ocupação de Roraima, Migração e Colonização. Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi: Série Antropologia, Belém: 4(1), 1988, p. 43-64.

VEIGA, José Eli da. Cidades imaginadas: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas. São Paulo: Autores Associados, 2003.

ARTIGO

A CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS EM ATIVIDADES DE FORMULAÇÃO DE TEXTUALIDADE NA LEITURA DE UM RESUMO (ABSTRACT) – UM ESTUDO DE CASO²

Um texto se constitui enquanto tal no momento em que os parceiros de uma atividade comunicativa global, diante de uma manifestação linguística, pela atuação conjunta de uma complexa rede de fatores de ordem situacional, cognitiva, sociocultural e interacional, são capazes de construir, para ela, determinado sentido.

Ingedore Koch

RESUMO: Com base no conceito de análise estratégica, busco identificar que elementos e estratégias concorrem para a compreensão global de uma leitora proficiente em leitura em língua inglesa, na atividade de leitura e tradução de um resumo (abstract), de um periódico científico nesta língua. A partir da análise dos elementos apresentados, vê-se que a compreensão global do resumo depende dos seus aspectos formais e que as hipóteses que a leitora formulou sobre sua textualidade não consideraram esses aspectos. Um outro fator importante diz respeito aos conhecimentos específicos da leitora, em que seu esquema cognitivo de sentido sobre o tópico determinou sua leitura e suas considerações sobre o resumo.

Palavras-chave: leitura em língua inglesa, esquema cognitivo de sentido, formulação de textualidade

¹ Professor do Departamento de Línguas e Literaturas Estrangeiras Modernas da UFRR.

² Versão reduzida (06 páginas), tratando de parte da análise apresentada aqui, aparece em CD-Rom do VI Encontro de Pós-graduação e Pesquisa/Mundo UNIFOR.

ABSTRACT: This work, based on a strategic analysis, aims at identifying which elements and strategies concur for the global comprehension, of a proficient reader in English texts, in the reading and translation of an abstract. From the analysis one sees abstracts global comprehension depends on its superficial formal elements, as well as the reader's hypothesis on its textuality did not take these elements into account. An important aspect concerns the reader's meaningschemata of the theme once it biased her reading and accounts about the text.

Key words: reading in English, meaningschemata, textuality formulation

INTRODUÇÃO

A epígrafe acima dá a dimensão a partir da qual pretendo abordar a questão da construção de sentido na leitura. Ou seja, a perspectiva interativa entre leitor e texto, desenvolvida com base nas relações entre informações veiculadas na superfície do texto e fatores de ordem pessoal, contextual, cultural e pragmática, é determinante na construção do sentido do texto. Em outras palavras, a construção do(s) sentido(s) de um texto tem como base as relações de coesão estabelecidas entre as palavras na sua superfície, associadas à(s) argumentação(ões) do autor e a diversos fatores por parte do leitor, como, por exemplo, seu(s) objetivo(s) de leitura e seu esquema cognitivo de sentido (schemata), incluídos o conhecimento lingüístico e textual, dentre outros. Com base no conceito de análise estratégica de Koch (2003), que explicitarei mais adiante, juntamente com outros conceitos teóricos que fundamentam essa análise, busco identificar que elementos e estratégias concorrem para a compreensão global de uma leitora proficiente em leitura em língua inglesa, na atividade de leitura de um resumo de um periódico científico (doravante referido como abstract) nesta língua.

Refiro-me à compreensão global quando falo da compreensão do texto como um todo, principalmente nas relações de coerência construídas com base em elementos não lingüísticos; a compreensão local, por sua vez, estaria relacionada às relações de coesão entre os elementos superficiais do texto, isto

é, linguísticos. Sobre essa questão da coerência no texto, Antunes (2005) afirma que “[...] qualquer regra de coerência [...] exige componentes linguísticos, mas exige também que se ultrapasse esse quadro linguístico, para atingir todos os elementos que entram na produção e circulação do texto” (ANTUNES, 2005: 182). Destarte, ao verificar os elementos e estratégias que a leitora utiliza no processo de construção de sentidos no texto de origem, o abstract, considerando, principalmente, seus esquemas cognitivos de conhecimento sobre o tema do abstract e suas hipóteses de sentido, tenho como foco principal desta análise o conhecimento dos elementos não linguísticos, sem, contudo, desconsiderar os linguísticos, que devem ser a base da construção da textualidade.

No intuito de atingir o objetivo da análise aqui proposta, pretendo desenvolver uma análise estratégica do processo de compreensão global de um abstract em língua inglesa, análise essa que tem como base o conceito de processamento estratégico apresentado em Koch (2003), com base em Van Dijk & Kintsch (1983)³, através da qual se levam em conta não apenas características textuais na superfície do texto trabalhado, bem como estratégias cognitivas utilizadas pela leitora. Essas estratégias constituem-se como reflexo de características que incluem, dentre outras, seus objetivos de leitura e seus esquemas cognitivos de sentido referentes aos seus conhecimentos específicos sobre a temática abordada no texto do abstract. Estarei, portanto, buscando entender, mais detalhadamente, as características cognitivas, embora, concordando com Antunes (2005) e Koch (2003), saiba que a coerência no texto se constroi a partir dos seus elementos formais.

Para essa abordagem estratégica da leitura, me parece relevante a discussão que Sarig (1989), em sua abordagem mentalística, apresenta sobre o papel dos esquemas cognitivos de sentido, na qual a autora destaca um conjunto de estratégias para a compreensão de um texto, dentre elas, a estratégia de detecção de coerência. Tal estratégia pressupõe que o leitor possua conhecimentos relacionados ao tema (content schemata), bem como às regras de construção de coesão textual (linguistic, textual, and rhetorical

3 Apud Koch, 2003: 35.

schemata). Um outro aspecto relevante da abordagem mentalística de Sarig, que se adequa ao tipo de análise pretendida neste trabalho, diz respeito aos protocolos verbais (talk aloud protocols)⁴ (Cf. KLEIMAN, 2004: 39). Esse protocolos são usados pelos sujeitos para descreverem os processos ativados nas tarefas de leitura, semelhantes aos protocolos verbais que utilizo para descrever os processos de formulação de textualidade na tarefa de leitura do abstract.

Entendo formulação de textualidade com base no conceito de atividades de formulação, apresentado em Hilgert (2002), que diz que “atividades de formulação são aqueles procedimentos a que recorrem os interlocutores para resolver, contornar, ultrapassar ou afastar dificuldades, obstáculos ou barreiras de compreensão” (HILGERT, 2002: 107). Desta forma, como atividades de formulação de textualidade, por exemplo, pode-se ter tanto estratégias de compreensão do significado de palavras desconhecidas, ou seja, de inferência lexical, quanto estratégias de compreensão global, estas implementadas a partir de dificuldades na construção do sentido no abstract como um todo. A definição sobre os tipos de atividades de formulação de textualidade se fará com base nos dados apresentados no protocolo verbal, no qual a leitora constroi uma hipótese inicial sobre os sentidos no abstract, mais especificamente, a argumentação do texto.

Entendo como centrais na fundamentação para essa conceituação de atividades de formulação de textualidade os critérios de intencionalidade e aceitabilidade, dentre os critérios de construção textual do sentido de Beaugrande & Dressler (1981)⁵. Tais critérios referem-se, respectivamente, “à intenção do locutor de produzir uma manifestação linguística coesa e coerente” e “à atitude dos interlocutores de aceitarem a manifestação linguística do parceiro como um texto coeso e coerente, que tenha para eles alguma relevância” (KOCH, 2004: 34).

Kleiman (2004) trata essas atitudes dos atores na ação interativa de construção de sentido(s), a partir de um texto, como determinadas por um

4 (Cf. KLEIMAN, 2004: 39)

5 Apud Koch, 2004.

acordo de responsabilidade mútua e define essas responsabilidades como “para o caso do leitor, [...] análise de palavras e frases, inferências, ativação de conhecimentos, e, para o autor, [...] mapear claramente as pistas que permitam uma reconstrução do significado e da intenção comunicativa” (KLEIMAN, 2004: 67). Neste sentido, autor e leitor têm uma responsabilidade recíproca nos sentidos construídos via texto.

Antunes (2005) ressalta a mesma atitude no que tange à construção da textualidade, a partir da expectativa que “alimentamos [...] de que há um sentido naquilo que o outro diz e, com base nesse pressuposto, insistimos em encontrar esse sentido, mesmo quando ele não pareça muito transparente” (ANTUNES, 2005: 180). Esta expectativa de textualidade deve ser elemento determinante na construção de sentido, que parte dos traços de coesão no texto, embora ligado aos traços de coerência construídos a partir do texto, mas dependentes dos vários conhecimentos do leitor e da intenção comunicativa do autor.

Em relação ao tipo de texto que serve de base para essa análise, abstract, a transparência de sentido, referida por Antunes na citação acima, estaria garantida, creio, pela objetividade exigida neste tipo de texto. No entanto, sobre os conhecimentos do leitor, esses poderiam determinar a construção de sentidos no texto em virtude de deficiências de conhecimentos linguísticos, ou mesmo devido a expectativas, do leitor, em relação aos possíveis sentidos, dependentes de seus esquemas cognitivos de sentido, vinculados à temática do texto. Essa expectativa do leitor quanto aos possíveis sentidos relacionados com a temática do texto é por mim entendida como hipótese inicial temática.

Kleiman (2004) aborda essa questão da hipótese inicial do leitor como elemento central na construção de sentidos e mostra que ela pode ser responsável pela compreensão do texto e, conseqüentemente, pela avaliação no que concerne a sua coerência. A partir de um exemplo de incompreensão de um texto em função da hipótese inicial do leitor, a autora reforça que os aspectos formais, elementos na superfície do texto, devem ser os originadores da construção de textualidade. Esse entendimento está consoante o que afirmam Antunes (2005) e Koch (2003), no que concordo, de que a coerência do texto se constroi a partir dos seus elementos formais.

Após essa introdução sobre o objetivo e a teorização que serve de referência para a análise proposta, início, pois, a apresentação dos elementos usados como base para a análise, ou seja, os elementos e estratégias que a leitora utiliza no processo de construção de sentido(s) no texto de origem, o abstract.

A FORMULAÇÃO DA TEXTUALIDADE NO ABSTRACT

A atividade geradora dos dados para essa análise consistiu na tarefa de ler e traduzir o abstract do texto 'Evaluating two systems of poultry production: conventional and free-range', de LIMA, A.M.C. & NÄÄS, J.A., publicado no BRAZILIAN JOURNAL OF POULTRY SCIENCE, v. 7, nº 4, 215-20, 2005. Antes de iniciar a atividade, foi pedido à leitora que fizesse uma primeira leitura do texto, leitura geral, e, em seguida, iniciasse a tarefa de tradução do abstract (vide APÊNDICE). Para a atividade de tradução, a leitora utilizou um programa de registro de dados eletrônicos para análises discursivas e cognitivas sobre linguagem e tradução, Translog 2000, versão 1.0 Beta⁶, através do qual registrou-se o processamento da tradução, com vistas a identificar, via pausas no processamento da tarefa, os momentos nos quais ela teria usado estratégias de formulação de textualidade. Houve, também, o registro do protocolo verbal da ação interativa entre pesquisador e leitora sobre o processamento cognitivo durante a atividade de leitura e tradução, tendo como elementos de análise as marcas superficiais no texto da tradução.

A escolha da leitora como sujeito desse trabalho deu-se a partir de questionários aplicados a professores da Universidade Federal de Roraima – UFRR, onde utilizaram-se, entre outros, os seguintes critérios de seleção do sujeito: frequência de leitura de artigos científicos em língua inglesa; grau de dificuldade encontrado na leitura destes artigos; motivos da leitura; e desempenho na atividade de leitura em língua inglesa, se excelente, bom, regular ou insuficiente. A partir dos questionários, selecionei a leitora em função da frequência de leitura, um ou dois artigos por mês, do grau de

⁶Agradeco ao Prof. Fábio Alves da Silva Júnior, da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, pelas orientações de uso do Translog 2000 e permissão para utilização nesta pesquisa piloto.

dificuldade muito baixo e do seu bom desempenho na leitura de artigos científicos da sua área. As motivações apresentadas para a leitura frequente de artigos foram: revisão de literatura, atualização na sua área de pesquisa e preparação de aulas de pós-graduação.

Como parte do entendimento de que a coerência do texto se dá a partir dos seus elementos formais, apresento os traços formais da estrutura retórica do abstract com os respectivos conteúdos. O abstract tem como título a avaliação da produtividade em dois sistemas de produção de frango de corte: convencional e semi extensivo. As autoras contextualizam o estudo no campo do desenvolvimento de tecnologia na produção de frangos de corte, a saber, nos aspectos de nutrição e manejo. Desses aspectos, a análise se dá, mais especificamente, em relação ao manejo, o qual inclui os aspectos de meio ambiente, saúde e sistema de criação. Em seguida, elas apresentam o objetivo do estudo, a saber, avaliação dos índices de produção dos dois sistemas de produção em relação a condições ambientais. Por fim, apresentam os resultados do estudo e fazem um comentário sobre esses resultados. Com base na análise dos elementos da estrutura retórica do abstract, nos seus elementos superficiais, conclui-se que o texto apresenta uma formatação coesa e coerente. Quando da análise do protocolo verbal, apresentarei alguns elementos referentes aos aspectos de coesão e coerência do abstract na perspectiva da leitora.

Na análise do protocolo verbal, a partir da tarefa de tradução, utilizo o conceito de formulação de textualidade com relação a momentos de dificuldade ou conflito que geram uma necessidade de estratégias para a construção de sentidos no abstract, tanto locais quanto globais. Dentre os elementos de análise do processamento da formulação de textualidade no abstract, no âmbito global, têm-se a argumentação do texto, construída com base nos aspectos superficiais do texto, e o(s) esquema(s) cognitivo(s) de sentido da leitora. Esses esquemas são determinados a partir dos diversos tipos de conhecimento necessários à formulação da textualidade e parecem ser determinantes na construção de sua hipótese temática, a qual embasa sua linha de construção de sentido. Em outras palavras, entendo hipótese temática como a hipótese formulada pela leitora com referência ao conteúdo temático.

Mais uma vez, a partir dos conceitos de formulação de textualidade e de análise estratégica, com base nos elementos no processamento de dificuldades de sentido na atividade de leitura, busco identificar os recursos utilizados, pela leitora, para a formulação de textualidade no abstract como um todo. Lembro que o conceito de análise estratégica utilizado nessa análise tem como objeto características textuais e cognitivas que operam na utilização das estratégias de formulação de textualidade.

Procedo, então, à análise do protocolo verbal que contém o registro da ação interativa, entre pesquisador e leitora, com vistas ao entendimento dos elementos e estratégias que concorrem para a formulação de textualidade no abstract. Os elementos são apresentados de acordo com a ordem que eles ocorrem na interação, como forma de acompanhar o desenvolvimento do processamento do texto.

No início da ação interativa, a leitora aborda a questão da argumentação do texto, que ela considera problemática, e, a partir dessa consideração, elabora uma hipótese inicial relativa à estrutura retórica do abstract, que distingo da hipótese temática, essa relacionada com o conteúdo temático específico.

O excerto (1)⁷ mostra exemplos dessa elaboração da hipótese inicial, passando por um provável abandono dessa hipótese inicial e elaboração da hipótese temática, e retomada da hipótese inicial:

EXCERTO (1)

((09 linhas omitidas))

010 L: dois sistemas. Eu acho que quando tu foi fazer o texto ficou faltando

011 alguma coisas. Porque eu acho ...

7 As transcrições não seguem nenhuma convenção específica, porém definimos marcações para padronizar algumas regularidades nas falas dos interlocutores, tais como: (...) significa continuidade na fala dos interlocutores não relevante para a análise, isto é, falas entrecortadas, repetição de termos ou palavras etc.; (palavras entre parênteses) ou parênteses vazio (), significa palavra duvidosa ou inteligível para transcrição; ((informações entre parênteses duplos)) significam informações não-textuais importantes no entendimento das falas; trechos em itálico usados para marcar as unidades de análise; ` p'ra marcar omissão de sílabas ou letras a fim de refletir a fala dos interlocutores; ○ palavras com tom muito baixo.

A numeração à esquerda das falas refere-se ao número de linhas na transcrição das falas dos participantes na interação desde o início da atividade; a que vem entre parênteses duplos refere-se ao número de linhas omitidas entre um conjunto de falas e o anterior ou em relação ao início da transcrição, quando for o caso. As letras referem-se, respectivamente, às falas da leitora, L, e às falas do pesquisador, P.

012 P: Isso é o abstract, isso daqui.

013 L: E tu copiou tal e qual?

014 P: Tal e qual. Copiei de lá e botei ...

015 L: Então acho que ficou faltando alguma coisa. Sim é o abstract.

((06 linhas omitidas))

022 L: Não tinha mais jeito de voltar. (...) E depois eu achei que tem uma coisa

023 aí, quando você colocou, talvez tenha ficado faltando, porque quando ...

((15 linhas omitidas))

039 L: Aqui também 'tá ... você não copiou errado, não. 'Tá certo aqui, agora ...

040 P: Ah, 'tá aí, oh.

041 L: Pois é, e eu 'tou vendo aqui. Mas não é assim, eu faço ... eu tenho

((174 linhas omitidas))

216 L: extremamente conhecida, não tem nada de novo, aí você não vai olhar.

Mas

217 justamente, às vezes, por uma coisinha assim, é que, nesse caso é o que

218 me chamou atenção. Ou numa coisa muito nova, ou um erro, ou que
você

219 acha que 'tá errado. Que na verdade é o que () Eu 'tava ... eu já

220 procurei inclusive aqui, pra ver na conclusão, se ... tinha sido uma

221 inadequação na hora que eles foram fazer ...

A hipótese inicial levantada pela leitora diz respeito a problemas na elaboração do texto para a leitura e tradução, segundo a qual pode ter havido a retirada de parte do texto (L. 010-011/L. 013). Essa hipótese é refutada pelo pesquisador (L. 012/ L. 014) e aceita pela leitora, que, então, sinaliza na direção da sua hipótese temática (L. 015). Antes de passar à hipótese temática, ainda em relação à hipótese inicial, pode-se observar, em momentos posteriores, que a leitora a retoma (L. 022-023/L. 039/L. 041), e, no final da discussão, sinaliza na mesma direção de retomada quando argumenta que poderia haver a possibilidade de um erro na composição do texto (L. 216-219). Nesse último exemplo, a fala da leitora tanto pode ser entendida como

relacionada à hipótese inicial quanto à hipótese temática, o que me faz considerá-la como relacionada ao primeiro caso. Observa-se, portanto, que, diante das confirmações do pesquisador, reforçadas quando da verificação da hipótese temática da leitora à luz dos elementos na superfície do abstract, a hipótese inicial da leitora não tem fundamentação.

Em relação à elaboração da hipótese temática, a leitora faz uma avaliação da argumentação das autoras e elabora sua hipótese, a qual pressupõe problemas na argumentação do texto, ou seja, ela estaria incompleta ou incoerente. À primeira pressuposição, chamo hipótese de incompletude; à segunda, hipótese de incoerência.

A elaboração da hipótese de incompletude inicia-se já no começo da discussão, como vê-se no excerto (1) (L. 015). Entretanto, saliento que a leitora oscila entre as duas hipóteses temáticas. Para uma melhor clareza na análise das duas hipóteses, apresento, no excerto (2), o desenvolvimento da hipótese de incompletude, e, no excerto (3), o da hipótese temática de incoerência. Já no excerto (4), apresento os momentos em que a leitora oscila entre as duas hipóteses temáticas:

EXCERTO (2)

((09 linhas omitidas))

010 L: dois sistemas. Eu acho que quando tu foi fazer o texto ficou faltando

011 alguma coisas. Porque eu acho ...

012 P: Isso é o abstract, isso daqui.

013 L: E tu copiou tal e qual?

014 P: Tal e qual. Copiei de lá e botei ...

015 L: Então acho que ficou faltando alguma coisa. Sim é o abstract.

((08 linhas omitidas))

024 P: Vamos olhar.

025 L: ele fala que o meio ambiente A, o tratamento A, que é o sistema tradicional,

026 apresenta uma alta umidade relativa ... uma alta temperatura e umidade

028 melhor que o 2. Se o tratamento 1 é um convencional, que apresentou
uma
029 alta umidade... temperatura e umidade relativa. Aí ele diz que o A é melhor
030 que o B. Como? Se bem que ele não falou como é que foi o B, né?
031 P: Vamos ver ... ((o pesquisador lê o texto original))
032 L: Entendeu? Aqui ó, ((apontando para o texto na parte lida)) Eu fiquei
033 achando isso aí ((referindo-se à conclusão que os índices foram melhores
034 no experimento A do que no B)) Primeiro, ele disse a coisa negativa que
035 aconteceu no tratamento 1 ou A ... eu pus 1 e depois eu vi que tinha A. Aí
036 justamente ele fala ... tem uma coisa estranha aqui ... porque ele comenta
037 o aspecto negativo do tratamento A. E depois fala que o A foi melhor que
038 o B, e ele não falou nada sobre B e aí faz a conclusão. (...)

((109 linhas omitidas))

148 L: tratamento 2, “(...) os índices de produção foram melhor no 1 do que no
2”
149 ((leitura da tradução)) mas em momento nenhum ele falou ... se o 2 ... ele
150 disse que o A apresentou índices maiores, que são bem (desagradáveis)
151 de temperatura e umidade, ele não falou como é que foi o B, mas aí ele
152 já diz que ... “baseados nos resultados dos índices de produção,” ((leitura
da
153 tradução)) eu acho que isso aqui ‘tá errado, esse negócio ‘tá errado em
154 relação ao texto. ‘Tá entendendo?

Nos três momentos transcritos acima, a leitora alega a falta de algum elemento na argumentação das autoras (L. 015/L.030/L.038/L.149/L.151-152), ou melhor, na apresentação das informações sobre a fazenda B, que faz com que a conclusão esteja prejudicada, reforçando a hipótese de incompletude na argumentação do texto.

No excerto (3), abaixo, vêem-se as argumentações da leitora que fundamentam sua hipótese de incoerência:

EXCERTO (3)

((23 linhas omitidas))

024 P: Vamos olhar.

025 L: ele fala que o meio ambiente A, o tratamento A, que é o sistema

026 tradicional, apresenta uma alta umidade relativa ... uma alta

027 temperatura e umidade relativa. Aí depois ele disse, ali ele fala, mais

028 L: embaixo, que o tratamento 1 é melhor que o 2. Se o tratamento 1 é um

029 convencional, que apresentou uma alta umidade ... temperatura e

030 umidade relativa. Aí ele diz que o A é melhor que o B. Como? Se bem

031 que ele não falou como é que foi o B, né?

032 P: Vamos ver ... ((o pesquisador lê o texto original))

033 L: Entendeu? Aqui ó, ((apontando para o texto na parte lida)) Eu fiquei

034 achando isso aí ((referindo-se à conclusão que os índices foram melhores
no

035 experimento A do que no B)) Primeiro, ele disse a coisa negativa que

036 aconteceu no tratamento 1 ou A ... eu pus 1 e depois eu vi que tinha A. Aí

037 justamente ele fala ... tem uma coisa estranha aqui ... porque ele comenta

038 o aspecto negativo do tratamento A. E depois fala que o A foi melhor que

039 o B, e ele não falou nada sobre B e aí faz a conclusão. (...)

((02 linhas omitidas))

042 L: Pois é, e eu 'tou vendo aqui. Mas não é assim, eu faço ... eu tenho

043 dois tratamentos e digo que o tratamento 1, ele apresentou

044 aspectos negativos, aí eu digo que ele foi melhor que o B, não é um

045 contra senso? Deixa eu ver bem aqui. (...) Ah tu não tem.

((78 linhas omitidas))

124 L: Agora eu acho que não tem nada a ver, esse "concomi ...", isso aqui ele

125 terminou um assunto e aí faz "concomitantemente, um sistema

126 extensivo ..." oh o que ele chama aqui "sistema extensivo de produção,

127 ou" "tá aqui oh o "free-range broiler" ((leitura da tradução)) ...

((20 linhas omitidas))

148 L: tratamento 2, "(...) os índices de produção foram melhor no 1 do que no

149 2" ((leitura da tradução)) mas em momento nenhum ele falou ... se o 2 ...
ele

150 disse que o A apresentou índices maiores, que são bem (desagradáveis)

151 de temperatura e umidade, ele não falou como é que foi o B, mas aí ele

152 já diz que ... “baseados nos resultados dos índices de produção,”((leitura
153 tradução)) eu acho que isso aqui ‘tá errado, esse negócio ‘tá errado em
154 relação ao texto. ‘Tá entendendo?

Em três dos quatro momentos da transcrição das falas da leitora, com base nas argumentações apresentadas (L. 025-030/L.035-039/L.042-044/L.148-156), observa-se sua pressuposição de que a conclusão esteja errada por uma inconsistência na análise em virtude dos elementos considerados na avaliação dos dois tipos de sistema de criação, temperatura e umidade relativa. Entendo que a utilização das expressões Como? (L. 30), coisa estranha (L. 37), contra senso (L. 45) e, até mesmo, da afirmação de inconsistência, esse negócio ‘tá errado em relação ao texto (L. 153-154) demonstram esse descrédito acerca das argumentações das autoras. No outro momento do excerto (3) (L. 124-127), acredito que a leitora, tendo como referência a hipótese de incoerência, tenta mostrar uma relação problemática na argumentação do texto a partir de um termo na superfície do abstract, concomitantemente (L. 124-125). Ela, no entanto, logo abandona essa tentativa em favor da discussão sobre um termo específico no abstract, discussão esta relacionada a aspectos locais de construção de sentido e não com a hipótese temática.

No excerto (4), a seguir, observa-se a oscilação da leitora entre as hipóteses temáticas de incompletude e incoerência:

EXCERTO (4)

((196 linhas omitidas))

197 L: Bom. A maior dificuldade mesmo, assim, p’ra mim não foi um texto
198 complicado. Foi achar que tem um erro no texto, não um erro da língua,
199 mas um erro de entendimento do assunto.

200 P: Da argumentação.

201 L: Da argumentação. ‘Tá faltando alguma coisa, aí isso aí, como você
202 espera que esteja tudo ok, que apenas você vai ler um texto, agora nesse
203 momento, porque quando você ‘tá lendo um texto sem ter isso de você
204 ‘tá, do que a gente ‘tá fazendo agora, você até acha, já vai fazendo uma
205 crítica ao autor que faltou alguma coisa. Entendeu? Então a minha

206 maior dificuldade foi essa, de achar que tem alguma coisa errada,
207 faltando na verdade. Que dê embasamento ao texto, com a conclusão
208 que ele fez aqui no abstract.

((07 linhas omitidas))

216 L: extremamente conhecida, não tem nada de novo, aí você não vai olhar.
Mas

217 justamente, às vezes, por uma coisinha assim, é que, nesse caso é o que
218 me chamou atenção. Ou numa coisa muito nova, ou um erro, ou que você
219 acha que 'tá errado. Que na verdade é o que (ilegível) Eu 'tava ... eu já
220 procurei inclusive aqui, pra ver na conclusão, se ... tinha sido uma
221 inadequação na hora que eles foram fazer ...

Na transcrição das falas da leitora no excerto (4), nota-se que a oscilação entre as hipóteses temáticas de incompletude e incoerência se dá quando ela ressalta um erro na composição da argumentação do texto, sem especificar a natureza do erro (L. 198-199). Ao concordar com a fala do pesquisador de que esse erro seja na argumentação, ela sinaliza que ele relaciona-se à incoerência a partir dos elementos apresentados no texto, corroborando a hipótese de incoerência. Porém, logo em seguida, ela afirma que falta algum elemento na argumentação do texto (L. 201), opinião reforçada na continuação da sua fala (L. 205/L.206-207), corroborando, por sua vez, a hipótese de incompletude na argumentação do texto. Por fim, já próximo à conclusão da discussão, a leitora reafirma sua argumentação no sentido de corroborar a hipótese de incoerência, informando que tentou procurar na conclusão do trabalho, e não apenas no abstract, uma inadequação (L. 221), palavra que reforça sua argumentação. Logo, parece que a leitora tem como hipótese temática principal a hipótese de incoerência.

Analisando os excertos de (1) a (4), que apresentam a transcrição dos momentos nos quais o pesquisador procura conhecer o processo de compreensão global do texto, desde a leitura até a finalização da tarefa de tradução, pode-se observar que a leitora constroi sua compreensão, bem como avalia o abstract, a partir da sua hipótese temática. Essa hipótese parece ter sido construída a partir do seu conhecimento prévio específico sobre a criação de aves, isto é, seu esquema cognitivo de sentido sobre o tópico.

Como base para sua hipótese temática dominante, no caso a hipótese de incoerência na argumentação das autoras, a leitora reitera o seu esquema cognitivo de sentido específico, como se vê no excerto (5).

EXCERTO (5)

((45 linhas omitidas))

046 L: Mas aí como o texto ele lhe deixa confuso, não em relação a ele em si,
047 mas ao que você tem um conhecimento do assunto, é diferente ... Se eu
048 tiver trazendo uma coisa que eu não tenho noção absoluta, não for da
049 minha área, eu não tenho questionamento, então não tenho muita pausa,
050 não tenho questionamento nenhum, mas se você tem um,
051 questionamento que ... é até meio lógico ... que uma coisa é negativa, que
052 ele afirma aqui “que o A apresentou temperatura e ○ umidade elevada.○
053 Aí ele diz que o A é melhor que o B.”

No excerto acima vê-se que a confirmação da hipótese temática da leitora, no sentido de corroborar que o texto tem uma inconsistência argumentativa, baseada no seu conhecimento específico do assunto (L. 047), serve de fundamentação para ela avaliar o texto como confuso (L. 046) e ilógico (L. 051).

Diante das afirmações, por parte da leitora, de incoerência da argumentação do texto e, da minha parte, de que a argumentação do texto no abstract é coesa e coerente, há, portanto, um impasse. Esse impasse, me parece, pode ser solucionado com base na análise do esquema cognitivo de sentido específico da leitora, o qual fundamenta sua hipótese temática, em confronto com os elementos formais da argumentação do texto.

ANÁLISE DA ARGUMENTAÇÃO - VISÕES CONFLITANTES

Com vistas a fundamentar a análise para solucionar o impasse acerca da coerência ou não da argumentação do texto, retomo a afirmação feita em Kleiman (2004), quando da análise do exemplo de incompreensão de um texto em virtude da hipótese inicial do leitor, segundo a qual a construção de textualidade deve ter origem nos aspectos formais, ou seja, nos elementos na superfície do texto.

Na análise da argumentação do texto, no tocante à responsabilidade do autor de um texto em fornecer pistas que permitam a reconstrução do(s) seu(s) significado(s), estarei verificando as pistas dadas pelas autoras que permitem (re)construir os sentidos no abstract. Apresento, inicialmente, a análise da argumentação do texto, em seguida, a análise do protocolo verbal. Com essa comparação, verifico, mais detalhadamente, meu ponto de vista segundo o qual os elementos da estrutura retórica do abstract, nos elementos superficiais, estão organizados de forma coesa e coerente, desde o título, passando pela contextualização do estudo, apresentação do objetivo e dos resultados.

A análise do abstract, a partir dos elementos formais, é feita com base no texto original, copiado abaixo. Para facilitar o acompanhamento da análise, quando for o caso, transcrevo partes do texto original, em itálico, e incluo, logo após cada segmento considerado, uma tradução livre, entre parênteses, com base na tradução feita pela leitora.

1 Evaluating Two Systems of Poultry Production: Conventional and
2 Free-Range
3 The improvement in production technology was the major factor that lead
Brazil to
4 become the third largest poultry producer. The improvement was world's
based on the
5 careful control of several aspects, including which nutrition and management
6 (environment, health and rearing systems). Nowadays, the search for good
welfare
7 conditions is a global tendency in animal production. Concomitantly, an
extensive
8 production system of free-range broilers has been increasing in Brazil. This
study
9 evaluated in situ production indexes of two different commercial broiler
productions,
10 an intensive and conventional (farm A) and a semi-extensive free-range
production
11 (farm B), in order to assess the relationship between productivity and
management. It

12 was observed that the physical environment in farm A presented higher temperatures

13 and relative humidity. Based on the results, the production index was better in farm A

14 than in farm B. It was not clear that the production index was related to inadequate

15 welfare of broilers under the conventional rearing system.

Tomando o conceito de pistas do autor como determinantes na construção dos significados do abstract, observa-se que a construção da argumentação do texto inicia-se a partir do título, no qual as autoras sinalizam sobre o tipo de análise a ser implementada pelo estudo, ou seja, uma análise comparativa de dois sistemas de produção de frango de corte: um convencional e um semiextensivo (linhas 1-2) - Evaluating Two Systems of Poultry Production: Conventional and Free-Range - (Avaliando dois sistemas de produção de frango de corte: convencional e semi-extensivo). Em seguida, a partir da contextualização do estudo, as autoras sinalizam sobre os aspectos que serão abordados na análise, isto é, bem estar dos animais, que incluem a nutrição e o manejo (linhas 5-7) - “[...] nutrition and management (environment, health and rearing systems) [...] good welfare conditions [...] in animal production” - ([...] nutrição e manejo (meio ambiente, saúde e sistema de criação) [...] boas condições de bem estar [...] na produção animal).

Prosseguindo com a análise da argumentação do texto, as autoras apresentam, de forma explícita, o objetivo e os resultados do estudo, quais sejam, respectivamente, a avaliação dos índices de produção nos dois sistemas, com vistas a medir a relação entre produtividade e manejo, e a argumentação que o índice da fazenda A foi melhor (linhas 8-14) - “This study evaluated in situ production indexes of two different commercial broiler productions [...] in order to assess the relationship between productivity and management [...]. Based on the results, the production index was better in farm A than in farm B.” - (Este estudo avaliou in loco os índices de produção de dois sistemas comerciais de produção de frango [...] a fim de medir a relação entre produtividade e manejo [...]. Baseado nos resultados, o índice de produção foi melhor na fazenda A do que na fazenda B).

Ainda como explicitação das informações que devem ser consideradas na análise da argumentação do texto, elas apresentam as variáveis temperatura e umidade relativa, relacionadas ao aspecto meio ambiente, como

elementos da avaliação entre produtividade e manejo (linhas 12-14) – “It was observed that the physical environment in farm A presented higher temperatures and relative humidity” - (Observou-se que o ambiente físico na fazenda A apresentou temperaturas e umidades relativas maiores).

A partir da análise dos elementos superficiais, vê-se que as autoras não afirmam que as variáveis temperatura e umidade relativa são negativas, mas apresentam uma comparação nos dois sistemas de produção. Com base nestas informações explícitas e nas pistas de significação apresentadas na contextualização, elas mostram que, dos três aspectos referentes ao manejo, quais sejam, meio ambiente, saúde e sistemas de criação, o estudo considera apenas o primeiro e o último.

Na análise do protocolo verbal, tento identificar pistas na superfície do texto da leitora que indiquem seu esquema cognitivo de sentido para o tópico do texto e, esse, como elemento na formulação da sua hipótese temática. Entendo o conceito de esquemas cognitivos de sentido como uma superestrutura cognitiva, construída a partir de diversas experiências vividas pelo indivíduo, que tem força de determinar a maneira como toda informação nova é interpretada.

No caso da análise da formulação de textualidade da leitora, com a constatação do conflito entre a análise da argumentação do texto, a partir dos elementos formais do abstract, e a da sua argumentação acerca da inconsistência da argumentação das autoras, é necessário determinar qual o seu esquema cognitivo de sentido para o tópico apresentado no texto. Em outras palavras, conhecendo a expectativa de textualidade da leitora, a partir de seu esquema cognitivo de sentido para criação de aves, pode-se encontrar a fundamentação para sua hipótese temática. Mais uma vez, os elementos são apresentados de acordo com a ordem que eles ocorrem, desta forma acompanha-se o desenvolvimento do processamento do texto pela leitora.

A primeira pista para a compreensão dos elementos que conformam o esquema cognitivo de sentido para o tópico do texto, da leitora, parece estar no seu entendimento do que seja uma avaliação positiva de sistemas de produção de frango de corte, baseada nas variáveis de temperatura e umidade relativa. No excerto (6), observa-se a importância que ela atribui a estas variáveis:

EXCERTO (6)

((23 linhas omitidas))

024 P: Vamos olhar.

025 L: ele fala que o meio ambiente A, o tratamento A, que é o sistema

026 tradicional, apresenta uma alta umidade relativa ... uma alta

027 temperatura e umidade relativa. Aí depois ele disse, ali ele fala, mais

028 embaixo, que o tratamento 1 é melhor que o 2. Se o tratamento 1 é um

029 convencional, que apresentou uma alta umidade ... temperatura e

030 umidade relativa. Aí ele diz que o A é melhor que o B. Como? Se bem

031 que ele não falou como é que foi o B, né?

032 P: Vamos ver ... ((o pesquisador lê o texto original))

033 L: Entendeu? Aqui ó, ((apontando para o texto na parte lida)) Eu fiquei

034 achando isso aí ((referindo-se à conclusão que os índices foram melhores
no

035 experimento A do que no B)) Primeiro, ele disse a coisa negativa que

036 aconteceu no tratamento 1 ou A ... eu pus 1 e depois eu vi que tinha A. Aí

037 L: justamente ele fala ... tem uma coisa estranha aqui ... porque ele comenta

038 o aspecto negativo do tratamento A. E depois fala que o A foi melhor

039 que o B, e ele não falou nada sobre B e aí faz a conclusão. (...)

((02 linhas omitidas))

042 L: Pois é, e eu 'tou vendo aqui. Mas não é assim, eu faço ... eu tenho

043 dois tratamentos e digo que o tratamento 1, ele apresentou

044 aspectos negativos, aí eu digo que ele foi melhor que o B, não é um

045 contra senso? Deixa eu ver bem aqui. (...) Ah tu não tem.

((04 linhas omitidas))

050 L: não tenho questionamento nenhum, mas se você tem um,

051 questionamento que ... é até meio lógico ... que uma coisa é negativa, que

052 ele afirma aqui "que o A apresentou temperatura e umidade elevada."○

053 Aí ele diz que o A é melhor que o B.

As observações feitas pela leitora em relação à argumentação do texto, a partir das variáveis de temperatura e umidade relativa do ar, mostram uma avaliação negativa em relação a elas (L. 025-030/L.035/L.038/L.043-044/L.051-052). A leitora deixa claro que essas variáveis são relevantes na avaliação dos sistemas de produção, a partir do seu esquema cognitivo de sentido temático, mesmo que, na argumentação das autoras, não haja referência explícita a estas variáveis como negativas.

A segunda pista, no excerto (7) a seguir, a partir da argumentação da leitora sobre condições de bem estar das aves como definidoras da qualidade de produção, determina a elaboração da sua hipótese temática, segundo a qual haveria uma inconsistência na argumentação do texto, resultando em um texto com problemas de coerência.

EXCERTO (7)

((129 linhas omitidas))

130 P: E broilers?

131 L: O broilers são frangos, é frango de corte. Tem sido ... tem aumentado no

132 Brasil, implementado, que é uma coisa que tem aumentado, é tipo uma

133 tendência, é uma tendência mundial, é o meu conhecimento que leva a

134 esse entendimento, porque eu sei que a Comunidade Européia, eles

135 sobretaxam criações convencionais, intensivas, devido à produção muito

136 grande de hormônios, os animais produzem hormônios por estarem

137 presos, devido o estresse, e aí os animais que são criados à solta-

138 controlada, mais livres, podendo se exercitar, podendo exercitar

139 inclusive a dominância que naturalmente existe entre eles, eles não

140 L: ficam tão estressados e não produzem essas substâncias, que na verdade

141 são hormonais, e que acredita-se causar a saúde, ... problemas de saúde

142 aos humanos com o consumo contínuo de animais que estejam

143 produzindo essas substâncias, ... imagina que isso ... ninguém há de convir

144 que ... imagina, que ... por exemplo, um animal selvagem quando ele vai

145 ser abatido ele sofre um estresse extremo, naquele momento, e aquilo

146 fica na carne dele, fica no sangue, fica tudo, né? Se bem que um animal

147 criado, sob extremo estresse a vida toda, talvez tenha uma produção

148 muito maior dentro do seu organismo, né? “(...) tratamento A, e um semi-
149 extensivo, sistema de solta-controlada,” ((leitura da tradução)) continuou
150 achando que isso é o danado da solta-controlada, que é o tratamento 2,
“(...)”
151 os índices de produção foram melhor no 1 do que no 2” ((leitura da
152 tradução)) mas em momento nenhum ele falou ... se o 2 ... ele disse que o
A
153 apresentou índices maiores, que são bem (desagradáveis) de
154 temperatura e umidade, ele não falou como é que foi o B, mas aí ele já
152 diz que ... “baseados nos resultados dos índices de produção,” ((leitura da
153 tradução)) eu acho que isso aqui “tá errado, esse negócio ‘tá errado em
157 relação ao texto. ‘Tá entendendo?

No início da transcrição da fala da leitora, observa-se sua argumentação, a partir de seu conhecimento específico, sobre a valorização da saúde das aves como fator de comercialização (L. 132-143). É interessante notar a utilização de palavras que reforçam essa importância dada à saúde tanto das aves quanto de quem as consome (L. 134-148), tais como, estresse e hormônios. Outra constatação é a relação que a leitora faz entre saúde dos animais e sistema de criação (L. 135-136/L.137-140), onde no sistema intensivo eles seriam menos saudáveis do que no sistema semiextensivo, denominado por ela como solta controlada. No final desta fala, após a explanação sobre os sistemas de criação e a saúde dos animais, a leitora retoma sua hipótese temática, a partir dos dados sobre temperatura e umidade relativa, argumentando acerca de um erro em relação à argumentação das autoras do texto.

Comparando esta argumentação em favor da saúde das aves e do sistema de criação como elementos determinantes na qualidade da produção, com a apresentada pelas autoras, onde elas mostram que, dos três aspectos referentes ao manejo, quais sejam, meio ambiente, saúde e sistemas de criação, consideram apenas o primeiro e o último, identifico o elemento dissonante, saúde, que faz com que haja a formulação da hipótese temática da leitora. A partir dessa hipótese temática, ela faz uma avaliação do texto como incoerente. Essa incoerência, porém, não está relacionada com os elementos

formais no abstract, mas com seu esquema cognitivo de sentido sobre o tema, segundo o qual não haveria possibilidade de categorização positiva para produção de aves no sistema convencional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na análise das visões sobre a coerência ou não da argumentação do texto, vê-se que, ao formular sua hipótese temática de que o texto apresenta inconsistências e, devido a isso, tenha sua coerência comprometida, a leitora não considera os elementos formais no abstract e constrói sua hipótese temática tendo seu esquema cognitivo de sentido específico como único elemento nessa formulação. Embora, na análise da argumentação do texto, com base na análise das pistas fornecidas pelas autoras, viu-se improcedente a hipótese da leitora. O resultado da análise corrobora a afirmação de Kleiman (2004) em relação ao papel que a hipótese inicial desempenha na incompreensão e avaliação negativa de um texto pelo leitor. Isto é, o não abandono da hipótese inicial, por conseguinte, a desconsideração dos elementos formais no texto, como fator determinante no processamento e avaliação do texto pela leitora desse estudo.

O procedimento da leitora, semelhante ao do leitor em Kleiman (2004), poderia, inicialmente, apontar para uma desconsideração dos critérios de intencionalidade e aceitabilidade como elementos na construção da textualidade. No entanto, ao retomar as observações feitas sobre a atitude de oscilação, da leitora, entre sua hipótese inicial, isto é, de que haveria lacuna no texto quando da sua elaboração para o estudo, e as hipóteses temáticas de incompletude e de incoerência na argumentação das autoras, até o final da interação, poderia-se entender tal oscilação como uma atitude positiva. Em outros termos, até o final da sua argumentação, a leitora procura atribuir ao pesquisador, e não às autoras, o erro na construção do abstract, o qual teria gerado o problema de entendimento do texto.

Deve-se perguntar de que maneira uma atitude como essa deva ser encarada na tarefa de leitura em ambientes de aprendizagem, ou seja, qual o papel do professor ao deparar-se com um leitor que, baseado em uma hipótese inicial, desconsidera os elementos textuais e, a partir dessa hipótese, constrói os significados do texto. Por fim, qual o papel da formulação de hipóteses na construção dos sentidos no texto em função de momentos de conflito entre a hipótese inicial do leitor e os elementos formais do texto.

Devido à natureza exploratória desse trabalho, que considera os dados do protocolo verbal, respostas a essas e outras perguntas podem até ser

inferidas, mas parece ser necessário que outros elementos sejam vistos, principalmente no que tange à interação entre professor e aluno/leitor. Uma outra questão não abordada aqui diz respeito à intenção comunicativa das autoras, outro elemento importante na tentativa de solução para situações de dificuldade ou conflito encontrados pelo leitor, soluções estas consideradas como estratégias de formulação de textualidade.

Acredito que a intenção comunicativa das autoras está sinalizada, dentro da estrutura retórica do texto, na parte final do abstract, onde elas fazem uma avaliação dos resultados. Porém, como no protocolo verbal não há menção a esse aspecto, apenas pode-se inferir que parte da atitude da leitora em não abandonar sua hipótese temática e considerar como base de sua leitura os elementos formais no abstract se deve a ela ter percebido essa intenção comunicativa, que na nossa opinião corrobora seu esquema cognitivo de sentido sobre o tema. A partir desse esquema, a leitora interpreta como inconsistente qualquer avaliação positiva de sistemas convencionais de criação de aves, tendo como referente a saúde dos animais. Desta forma, seriam necessários outros elementos, no caso, um retorno à leitora com essas suposições a fim de confirmarmos tal inferência, que parece ter um efeito bastante significativo em uma análise mais conclusiva do processo de leitura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Irandé C. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

HILGERT, José Gaston. Esboço de uma fundamentação teórica para o estudo das atividades de formulação textual. In CASTILHO, Ataliba T. (org.). 3ª ed. Gramática do português falado. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002.

KLEIMAN, Angela. Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura. 9ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2004.

KOCH, Ingedore G. V. Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KOCH, Ingedore G. V. O texto e a construção dos sentidos. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2003.

SARIG, Gissi. Comprehension-promoting strategies: the sum of the parts and the whole. *ILHA DO DESTERRO*, 21, 43-72, 1989.

APÊNDICE

TRADUÇÃO

1 Evolução de dois Sistemas de Produção de Aves: convencional e semi-intensivo

2 O desenvolvimento da tecnologia de produção foi o fator mais importante que levou o

3 Brasil a tornarse o terceiro maior produtor mundial de aves. O desenvolvimento mundial

4 é baseado no cuidadoso controle de vários aspectos, incluindo a nutrição e manejo

5 (meio ambiente, saúde e sistema de produção). Atualmente, a pesquisa acerca do

6 conforto animal é uma tendência mundial na produção animal. Concomitantemente, um

7 sistema extensivo de produção semiconfinada de frangos de corte tem sido

8 desenvolvida no Brasil. Este estudo avaliou a produção in sito de dois diferentes

9 sistemas de criação comercial de frango de corte, um intensivo e convencional

10 (tratamento 1) e um sistema semiextensivo (tratamento 2), para determinar a relação

11 entre produção e meio ambiente. Observou-se que o meio ambiente no tratamento 1

12 apresentou alta temperatura e umidade relativa. Baseado nesses resultados, o índice

13 de produção foi melhor no tratamento 1 do que no 2. Não ficou claro se o índice de

14 produção estava relacionado com o meio ambiente inadequado existente no sistema 15 tradicional.

ARTIGO**TEPEQUÉM, DO GARIMPO AO TURISMO, TEPOKING (REI DOS TEPUIS).**

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo demonstrar a trajetória sócio histórica da região do Tepequém quando do surgimento do garimpo de ouro e diamantes no início do século XX. Desta trajetória apontamos seus desdobramentos sócio territoriais e político econômicos atuais com a inserção do turismo sem planejamento e o seu devido ordenamento e os fenômenos resultantes desse processo chamado de turistificação. Fenômeno este que impele de forma avassaladora uma dinâmica sócio econômica expropriadora e desterritorializadora na comunidade onde se instala.

Palavras-chave: História, garimpo, turismo.

TEPEQUÉM, DO GARIMPO AO TURISMO, TEPOKING (REI DOS TEPUIS).

As paisagens das regiões acabam mudando suas funções com o passar do tempo, seja do ponto de vista político, econômico ou social. Este parece ter sido o caso da Serra do Tepequém, região disputada por um modelo econômico intenso, descontrolado, predatório e concentrador de riquezas nos anos 50, 60 e 70, tendo como principal atividade o garimpo. Esse modelo pode ser constatado na própria modificação do ambiente como na cachoeira do Funil que adquiriu tal formato após

¹ Bacharel em Ciências Sociais com Habilitação em Antropologia pela UFRR, e Pós Graduando em Gestão para o Etnodesenvolvimento pelo Núcleo Histórico Socioambiental – NUHSA/UFRR

² Doutor em História. Professor Adjunto do Departamento de História da UFRR.

inúmeras explosões de dinamites feitas por garimpeiros. Com o fim do ciclo do ouro e do diamante na década de 1990, a região do Tepequém parece ter encontrado uma nova vocação, o “turismo de aventura”, uma indústria que mesmo dentro do capitalismo é pouco poluente, capaz de distribuir renda e gerar riquezas ao invés de concentrá-las nas mãos de poucos.

Temos poucos registros de pesquisadores que relatam sobre os primeiros habitantes dessa região, porém é bom afirmar que boa parte das localidades diamantíferas da região encontram-se todas em áreas indígenas, como a própria Serra do Tepequém, rio Tacutu, rio Caranguejo, rio Quinô, rio Cotingo, rio Uraricoera e o alto Surumú. De acordo com o mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju de 1944, essas regiões eram, há muito tempo, povoadas por diversas etnias, entre as quais Nimuendaju destaca os Siriná, Saporá, Macuxí, Wapixana, Patamona, Ingaricó além de outros. Muitos deles segundo o autor chegaram a esses locais já no século XVI³.

Tepequém hoje pertence ao Município do Amajari e se concentra em uma área de 12.000 Km² localizada no centro de uma bacia fechada com altitude de 550 a 1022m . Está localizada acerca de 204 Km da capital do estado Boa Vista servida por boas estradas, ficando entre o rio Amajari ao norte, e ilha de Maracá ao sul.

Apesar de encontrarmos alguns registros da extração de ouro e diamantes no Rio Branco antes da década de 30 do século passado, os anos de 1936 a 1939 são considerados o início do "boom" da exploração de ouro e diamantes por garimpeiros, inclusive sendo a atividade reconhecida pela Coletoria Federal de Boa Vista. A partir dessa data, o interior da região, principalmente nas margens dos grandes rios e das serras, passou a ser vasculhado com o objetivo de encontrar pontos específicos para o estabelecimento dos garimpos.

Nas crônicas do Rio Branco, enviadas ao Rio de Janeiro, pelos Monges beneditinos encontramos pela primeira vez notícias a respeito da exploração mineral na região. Em uma de suas viagens de desobriga, Dom Alcuino estabeleceu contatos sistemáticos com o experiente garimpeiro Severino Pereira da Silva que, vindo da Paraíba vivia na região do Cotingo há mais de

3 Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendaju, Editado em colaboração com a Fundação Nacional Pró-Memória. Rio de Janeiro. IBGE; 1981.

processo de mineração de diamante na região do Tepequém, como também o de fazer propaganda sobre o potencial mineral, incentivando dessa forma uma forte migração para o local, dando início a mais uma frente de expansão econômica, aumentando sensivelmente os problemas das relações interétnicas na região. Segundo D. Alcuino,relata que Severino “em 1936 foi até o Rio de Janeiro de avião levando muitos quilos de ouro e não sei quantos diamantes, fazendo com que muitos nordestinos e gente do Pará e Manaus etc... viessem a tentar fortuna nos garimpos”⁴

Rodrigues⁵ ao fazer pesquisas na região, acabou revelando, por meio da oralidade de seus moradores, um pouco da história dessa localidade. Segundo essa fonte, em 1930 foi um dos inúmeros fazendeiros ligados a pecuária da região cujo nome era Antônio Piauí que financiou, não sabemos se a primeira, mas uma excursão a serra do Tepequém com o objetivo de verificar seu potencial mineral. Um ano depois, o Geólogo guianense de nome Bruston verificou ocorrências de diamantes, mas foi somente em fins de 1936 e início de 1937 que teve início, efetivamente, a exploração de diamantes na Serra do Tepequém. Segundo essa mesma fonte, o Tepequém já foi considerado um dos maiores produtores de diamantes a céu aberto capaz de atrair milhares de pessoas para o atual estado de Roraima, o que vem confirmar as palavras do Monge D. Alcuino Meyer e seu informante.

Na região de Tepequém, fronteira com a Venezuela, local até então de difícil acesso, havia entre os anos de 1944 a 1947, aproximadamente 1500 habitantes, entre os quais, um número considerável de garimpeiros à procura principalmente de diamantes.⁶

Para Barbosa⁷ a população do Tepequém foi sempre muito oscilante, de maneira que entre 1941 e 1943, havia cerca de 1000 habitantes estabelecidos, dentre esses, 400 eram garimpeiros. Na década de setenta, no

4 Carta de Dom Alcuino Meyer, da Fazenda do Caranguejo, ao Arquiabade do Mosteiro de São Bento. Datada de 01 de Janeiro de 1940.

5 RODRIGUES, Francilene dos Santos. “Garimpendo” A Sociedade Roraimense: Uma Análise da Conjuntura sócio-política. Belém. Dissertação de Mestrado defendida na Universidade Federal do Pará. 1996.

6 VIEIRA, Elaine Machado. A Exploração de Diamantes em Roraima - 1939 a 1970. Santa Maria. UFSM: 1971

7 BARBOSA, Reinaldo. In Francilene Rodrigues dos Santos, op.cit.pag. 81

Governo do Brigadeiro Hélio Campos, essa região mereceu um destaque especial devido ao grande número de habitantes, na ocasião foi instalado um serviço de rádio difusão. Já em 1982 teria sido registrado o maior número de habitantes: 3000. Na década de 1990, a população decresceu, passando para 1800, um ano depois para um pouco mais da metade e em 1993 para 284 habitantes.

Essas são apenas algumas informações preliminares que conseguimos verificar ao fazermos uma pesquisa rápida sobre a região. Porém em conversas informais pudemos também verificar que além de um grande potencial turístico, essa região já desperta um interesse por parte de empresários ligados ao setor imobiliário que cobiçam as terras para repassá-las à clientes desavisados, pois as terras ali, como em todo o estado e em sua grande maioria pertencem a União. Essa exploração desenfreada pode inclusive prejudicar e descaracterizar a região fazendo com que turistas em potencial acabem perdendo o interesse pelo local. O que poderia ser transformado no que é hoje a região de Presidente Figueredo, Município distante a 80 Km de Manaus, com uma boa infra-estrutura para o turismo, pode vir a ser apenas mais um local destruído pela ação de interesses particulares, isso porque na conjuntura resultante dos processos sócios históricos que foram impressos em Tepequém incidem atualmente num panorama de um novo processo de recolonização sócio econômica não menos intenso e violento como o garimpo, mais avassalador e desterritorializador como no caso do turismo sem planejamento.

O que assistimos não é o que sempre foi pregado sobre o turismo para a região do Tepequém e o seu potencial para o mesmo, os resultados das iniciativas efetivadas têm ficado além das propostas estabelecidas para a comunidade.

Os processos e procedimentos para a implementação do turismo no estado de Roraima, devido ao fato que este possui inúmeros potenciais turísticos naturais, começam gradativamente a serem efetivados e ganham contornos equivocados e apoiados por diversas instituições públicas e privadas. No entanto a falta de planejamento, políticas públicas, articulação, desarranjos interinstitucionais dos órgãos oficiais regulamentadores das

práticas turísticas, tem direcionado as ações para outros desdobramentos com resultados impactantes em vários campos na região de Tepequém.

O que gerou um fenômeno conhecido pelos estudiosos como “turistificação” que são os impactos sócio culturais, político econômicos, ambientais e territoriais em pequenas comunidades locais receptoras do turismo sem planejamento e organização. Esse fenômeno social a “turistificação” que afeta muitas sociedades contextualiza-se segundo o pensamento de Nicolas (1996, p.49) para quem a turistificação “se ubica em una posición sociológica, desde la perspectiva del geógrafo, esto proceso és también mui real”.

Os estudiosos analisam os procedimentos de implantação do turismo heurísticamente, o que possibilita perceber as assimetrias entre as relações sócio culturais e político econômicos no espaço micro e macro dos cenários de inserção do turismo junto as populações tradicionais e comunidades locais, fomentadas através das estratégias e políticas específicas do turismo.

É possível que o turismo torne-se uma alternativa sócio econômica, portanto um equalizador social em comunidades onde existem potenciais turísticos passíveis de serem efetivados, dentro da devida regulamentação pertinente da legislação vigente e com a participação incondicional da comunidade. Os resultados chamados equalizadores sócio econômicos devem atender e primar pelas demandas e expectativas das comunidades detentoras dos potenciais turísticos, tendo sempre como base a participação e planejamento e administrações feitas pelas comunidades locais as quais são o foco das ações e das tomadas de decisões.

Assim a comunidade local, ainda que seja marcada pela desigualdade que faz parte da própria natureza das relações sociais, possui condições mais favoráveis para entrar em entendimento do que grupos que não partilham de uma mesma história. Partindo desse ponto de vista, entende-se que a comunidade local é um dos atores fundamentais entre os inseridos contemplados no processo de planejamento da atividade turística do local, e a sua exclusão é um forte elemento capaz de gerar conflito, sendo esse conflito mais intenso quando a exclusão se dá por agentes vindos de fora da comunidade. (YSSA, 2006, p. 3).

Quando existe o respeito e o reconhecimento das culturas e tradições das comunidades receptoras do turismo e o respectivo controle, organização, participação e planejamento do turismo para o baixo impacto social e ambiental, os resultados tornam-se benéficos para as suas comunidades. As tomadas de decisões para a implantação do turismo em comunidades locais devem ser analisadas e discutidas pela comunidade “minuciosamente” sem pressa e pressão política e das instituições e dos fomentadores privados (agências de turismo e do ramo imobiliário) e os agentes externos.

As políticas e negociações das ações devem estabelecer prioridades além das citadas, acrescidas de responsabilidade social e ambiental respeitando as capacidades de carga e principalmente a participação comunitária em todo o processo, focando sempre os interesses das comunidades locais. Segundo Swarbrooke (2000, p.59) “o conceito de comunidade local está na essência da maior parte da literatura sobre turismo sustentável. Segundo esse mesmo autor “a maioria dos analistas parece concordar que o aspecto mais importante da política do turismo é a 'proteção' da comunidade local e do seu meio ambiente”.

Em Roraima são vários os exemplos negativos de um pseudoturismo perverso praticado e implantado sem os devidos procedimentos e apoiados no discurso do tripé social, ambiental e econômico. Esse discurso ainda não trouxe os resultados tão pregados para as comunidades onde foram implantados.

A depredação do sítio arqueológico da Pedra Pintada com os seus belos murais de arte rupestre “pictografias” que continuam sendo retiradas as “lascas” contendo essas pinturas, além do lixo deixado pelos turistas, segundo Ribeiro (1997, p.14) “também são registrados atos de vandalismo, principalmente em locais de fácil acesso, como por exemplo, a Pedra Pintada. Placas com signos ou parte delas retiradas, marcas de tiros e nomes atuais sobrepostos às pinturas são os atos de depredação praticados”.

A cachoeira do Macaco localizado dentro da Terra Indígena de São Marcos no município de Pacaraima segue como mais um exemplo de degradação ambiental promovida pelos turistas, quando era aberta a visitação sem nenhum controle ou fiscalização por parte do estado. São resultados desse processo de turistificação que se instalou no estado de Roraima a partir da

década de 90, tendo como cenário o discurso do desenvolvimento sustentável como base e o turismo como solução sócio econômica.

O processo de turistificação é uma mão de duas vias, ao mesmo tempo em que inclui e exclui socialmente é o reverso do turismo “azul” também chamado de turismo de inclusão social, este promove fenômenos diversos sempre em detrimento das comunidades receptoras como os impactos sócio econômicos, desterritorialização, apropriação e expropriação da terra, especulação imobiliária, loteamento por políticos, degradação ambiental, desrespeito com a capacidade de carga, crescimento urbano desordenado e sem planejamento impacto nas culturas e tradições locais das comunidades receptoras, como observou Yssa.

Observa-se, entretanto, que em determinadas localidades o processo de turistificação possui uma dinâmica perversa de apropriação do espaço, o qual deixa de ser percebido como seu pela população local. Quando isso ocorre, o turismo exclui os residentes do processo de desenvolvimento, não permitindo que a mesma participe do processo produtivo, buscando recursos humanos em outras localidades. O residente passa a ser o estranho em seu próprio espaço, o que gera conflitos e não raras situações de violência na disputa pelo poder, gerando condições inóspitas para o residente, as quais se refletem no relacionamento com o turista. (YSSA, 2006, p.3).

O processo começa quando um determinado local com muito potencial turístico, que possui um fluxo pequeno de turistas desperta o interesse para a visitação muito maior do que a sua capacidade pode absorver. E o poder público e privado, políticos e empresários do setor começam a se mobilizar no sentido de efetivar esse turismo através de concessões muito generosas, distribuição de terras com fins eleitoreiros praticado pelo próprio município, loteamento irregular para a especulação imobiliária entre outros.

O espaço natural, paisagístico e de uso tradicional, começa a ser perdido quando a comunidade detentora desse espaço perde o controle do “solo” e cede o espaço para o turismo, a própria comunidade inconsciente ou conivente com a situação vende suas terras e terminam, quase sempre, à margem desse processo do turismo, tendo suas terras impactadas e expropriadas como aponta Cara.

Desde un punto de vista territorial, el turismo es gran consumidor de espacios, pero es mas productor y transformador de primeira magnitud. Es al mismo tiempo consumidor de território, es decidir, utilizador do solo del espacio sino de las condiciones sociales que le dan sentido y es sobre ese território ocupado y con sentido que impacta, (CARA, 1996, p. 86).

Com a perda do “solo” e o potencial turístico sendo o seu maior bem, a comunidade fica refém de uma sociedade “artificial” que se instala e que determina uma nova ordem e dinâmica sociocultural e política econômica que vai de encontro à comunidade local. A turistificação ainda promove uma segunda ação à sociedade artificial “políticos e empresários do turismo” agora detentores da maior parte das terras, loteiam e vendem novamente por preços exorbitantes, mas sem antes cobrar infra-estrutura do poder público. A comunidade que perdeu o seu espaço e aqueles poucos que resistiram ao processo ainda correm o risco de venderem a própria casa ou terreno para os especuladores que pretendem ampliar os espaços para os turistas. Os impactos modificam as relações sociais e culturais dos (receptores) os locais experimentam a expropriação dos seus territórios e da sua identidade tornando-se “os estranhos” quando as sociedades artificiais se instalam nessas localidades, conforme Yssa (2006, p. 3) “a lógica da competência tem um fundamento ideológico que se instaura na estrutura de poder fazendo com que os “de fora” tenham mais poder do que os “de dentro”, alterando de forma significativa as normas de convivência existentes.

Os comedores de paisagens como denomina Jost Krippendorf para o turismo mal planejado que não promove a comunidade, e ainda os expropriam as terras dos comuneiros, como informa Cara (1996, p. 86) “el turismo es tambien una forma de condicionante de la apropiación del espacio. Esta relación vertical pasa por una cadena de procesos que los geógrafos llaman “mise e tourisme ou turistification”. Na maioria das vezes a inserção do turismo ocorre dentro das comunidades com o apoio e legitimadas pelas instituições que deveriam regulamentar e promover com o devido planejamento e principalmente com a participação da comunidade ativamente em todo o processo. Na realidade a comunidade sequer sabe do que se trata o tal do “ecoturismo”, é pega de surpresa e torna-se excluída ou é usada como mão de obra barata absorvendo os trabalhos mais pesados e de menor remuneração haja visto que o turismo exige mão de obra especializada.

Pretende-se, desta forma, refletir sobre a diferença existente entre esses processos de mudanças que fazem com que, dependendo do tipo do turismo desenvolvido em um determinado lugar, suas características econômicas e culturais, é possível fazer com que a mão de obra local seja treinada, capacitada e incluída no processo produtivo, oportunizando empregabilidade ao município: e que, em outras localidades com circunstâncias históricas diferentes, por apresentarem condições objetivas que se mostram incompatíveis com a vocação turística local identificada pelos técnicos em planejamento turístico, o processo de turistificação requer a importação de recursos humanos, introduzindo em elemento que amplia o conflito e resulta na exclusão de social de parcelas da comunidade residente local. (YSSA, 2006, p. 4).

Em Roraima assistimos ao início desse processo de turistificação que começa a avançar lentamente para as regiões com potenciais turísticos junto às comunidades locais como a comunidade de ex-garimpeiros de Tepequém (Tepökíng Rei dos Tepuis) no município de Amajari na Vila do Paiva, segundo Koch Grunberg.

Um trecho mais longo para noroeste nos permite ver novamente a serra do Tepökíng agora bem próxima. Parcialmente coberta de mata, ela se estende de oeste a leste, um pouco terra adentro, com certeza uns 1000 m de altura, igual a um muro gigantesco. Sua forma é semelhante as das mesas da Guiana, de modo que pelo menos sua parte superior deve consistir em arenito. (GRUNBERG, 2006, p.165).

Ao contrário do “turismo azul” turismo que beneficia as comunidades com os dividendos sócio econômicos, a turistificação é um fenômeno negativo e perverso do turismo, que se instala e se divide em várias fases, no início a comunidade é detentora das terras e do território e dos potenciais turísticos das regiões e em alguns casos já recebem turistas de forma incipiente ou não recebem. Em seguida as empresas privadas com a ajuda do estado imprimem a idéia de que é necessário organizar o turismo criando infra-estrutura junto às comunidades receptoras, para obterem mais turistas. Esses fluxos de turistas que as comunidades recebem são muito maiores do que a capacidade de carga

que o lugar pode suportar. Mas não se cogita a implementação das políticas para as demandas sociais que estas comunidades têm geralmente saúde, educação, asfalto, energia elétrica o discurso é que com a chegada do turismo tudo vai melhorar, e com ele haverá a inserção de todos os atores sociais em torno da comunidade e das atividades turísticas.

Com a chegada do asfalto aumenta e intensifica o fluxo de turistas das comunidades de forma desorganizada e que a comunidade local não consegue absorver oferecendo os serviços necessários nem com espaço, pois a capacidade de carga é superior a sua possibilidade. Os impactos ambientais resultam desse processo, causam degradações que são irreversíveis nos espaços afetados.

Os empresários do ramo imobiliário e proprietários de agências de turismo começam a comprar terras, mas geralmente ganham essas terras de políticos que loteiam e distribui, outra ação nesse sentido são as invasões, dessa forma as terras são expropriadas das comunidades, com o apoio do estado que deveria regulamentar as ações via instituições oficiais.

Finalmente a comunidade começa a perder o controle do solo “terra”, muito dos locais os “comuneiros” vendem suas terras por preços módicos para as agências de turismo que começam a se instalar na região. Em seguida as pessoas da região no entorno desse potencial turístico aproveitam o fenômeno da turistificação para invadirem se apropriando e expropriando dessas terras com o intuito de terem um lugar perto da natureza ou como os agentes imobiliários que também se instalam nessas localidades com o objetivo meramente para a especulação imobiliária.

Essa é a realidade de Tepequém, a situação que foi instalada nessa localidade por agentes externos e indiferentes a realidade da vila que iniciaram o processo de turistificação e agora os impactos sociais, degradação ambiental, invasão de terras, fluxo de turistas além da capacidade de carga que o lugar suporta o que levou o Dep. Marcelo Cabral do PPS a fazer uma denúncia na ALE/RR.

O deputado Marcelo Cabral (PPS), denunciou durante sessão na manhã de ontem, quinta-feira, na Assembléia Legislativa de Roraima (ALE-RR), a degradação que vem ocorrendo na região do Tepequém, no município de Amajari. Segundo ele, o grande fluxo de turistas e falta de fiscalização na área tem colocado a área em risco ambiental. Segundo Cabral, está acontecendo uma ocupação desordenada na área e a prefeitura local não tem legalidade para coibir, pois as terras da região do Tepequém ainda não foram repassadas para o município e o governo do estado não tem se atentado par ao problema que vem se instalando ali. (FOLHA DE BOA VISTA. 22. 05. 2009).

A ausência de planejamento dos eventos criados que focam um público que não são turistas é o mister dessa questão. Os idealizadores dessa “turistificação” estão mais preocupados em números de pessoas e publicidade para as suas instituições do que na qualidade do público que poderia respeitar a localidade e usufruir desse espaço com racionalidade. Sem dúvida, eventos como forrós e equivalentes, que atraem centenas de pessoas não são ideais para Tepequém. Os eventos esportivos intensivos como trilhas de jeep e motos que são praticados concomitantes dentro dos roteiros das ecotrilhas produzem degradações para o meio ambiente, não são também adequados para esses ambientes.

Algumas tomadas de decisões podem frear e reverter esse processo, para isso reflexões e ações devem ser alencadas a cerca dessa situação, a comunidade que detém ou detinham os potenciais turísticos e que já iniciaram o processo de turitificação e inserção dentro das comunidades devem rever e promover debates dentro das comunidades junto aos seus líderes e representantes revendo ou delimitando todas as ações equivocadas e seus respectivos resultados e os impactos positivos e negativos procurando regulamentar as práticas segundo os interesses da comunidade como horizonte. Para isso começaram a se organizar e debater sobre as tomadas de decisões que revertam às situações que lhes foram impostas.

Os moradores da Serra do Tepequém estão preocupados com a invasão desordenada que está acontecendo naquela região, considerada pelo Ministério do Turismo como um dos 65 destinos turísticos. Segundo eles, isto ocorre devido à facilidade de acesso por conta do asfalto da estrada, o que, conseqüentemente, possibilitará a degradação mais rápida do local. Por conta disso, querem a criação de uma unidade de conservação. O pedido é da Associação de Desenvolvimento Sustentável dos Moradores do Tepequém. A solicitação foi apresentada ao Ministério Público Estadual (MPE) e à Fundação Estadual do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia (Femact). Alguns analisam a situação explicando que a estrada tem o lado positivo e negativo para a região. “A vantagem é que houve um aumento de turistas no local e isso é bom para quem lida com o turismo. Mas há desvantagens, como invasões, lixo, desrespeito com a comunidade, entre outras questões”, disse a superintendente do Meio Ambiente do Amajari, Francisca das Chagas Soares. (FOLHA DE BOA VISTA. 17. 07. 2009).

Não devem perder nem abrir mão do seu instrumento mais valioso e precioso a “terra”, independente do turismo ou não como informa Krippendorf (1989, p.19) “um dos elementos essenciais na busca do desenvolvimento harmonioso reside na reivindicação segundo ao qual uma comunidade turística deve conservar o poder sobre o solo e, portanto, a decisão soberana sobre a utilização do mesmo. Em nenhuma hipótese deve despojar-se de seu principal instrumento de orientação”.

A perda do controle do solo incidirá diretamente no seu futuro levando-os para outra direção e fora dos interesses da comunidade acarretando-lhes sérios transtornos inclusive a dependência política e econômica resultados da produção da monocultura turística que geram outros desdobramentos como drogas e prostituição que não vamos nos ater aqui.

Para que isso não ocorra a comunidade pode organizar, planejar, administrar construir pousadas, oferecer os serviços através da própria comunidade que poderia ser uma saída a curto prazo, bem como a formação de uma agência de turismo administrada pela comunidade, controle da capacidade de carga e mapeamento dos potenciais turísticos e incrementação dos produtos artesanais para venda, desenvolver outras atividades produtivas e alternativas em outros campos para não criar a dependência turística evitando a “monocultura turística” criar e elaborar um conjunto de atividades que atraiam turistas sem comprometer o meio ambiente, valorizando mais a comunidade.

Os festivais, eventos e atividades que são criados para atrair turistas para Tepequém têm o intuito também de valorizar a localidade, no entanto, sem planejamento e organização e principalmente sem a participação da comunidade nesse processo o resultado são os impactos e degradação ambiental. As atividades também são geradas e criadas artificialmente impositivamente indo de encontro e em detrimento da cultura local com as suas manifestações, um conjunto de atividades alienígenas (produção de eventos) são criados exteriores a realidade da localidade.

A concentração massiva de pessoas nesses eventos que na sua grande maioria sequer são turistas capitalizados, não consumindo os produtos e serviços das localidades receptoras, deixa de gerar renda direta na localidade.

Assim poderíamos concluir que a maneira como se instalou e se desenvolveu as ações do turismo em Tepequém na atualidade, não trouxeram os resultados sócio econômicos esperados e almejado para toda a comunidade. Aliás, as práticas turísticas desenvolvidas nos pontos turísticos de Roraima só trouxeram degradação ambiental, prejuízos e impactos socioculturais de todas as ordens para as localidades receptoras, deixando assim de cumprir com as propostas e metas apresentadas como emprego e distribuição de renda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARA. R. B. Território y los procesos de transformación territorial. In: RODRIGUES A. B. Turismo e geografia – Reflexões teóricas e enfoques regionais. Ed. Hucitec. São Paulo. 1996. 274p.

FOLHA DE BOA VISTA. 22.05 2009. Disponível em: http://www.folhabv.com.br/fbv/Noticia_Impressa.php?id=66349 Acesso em. 17 de julho de 2009

GRUNBERG. K. Do Roraima ao Orinoco. V1. Observações de uma viagem pelo norte do Brasil e pela Venezuela durante os anos de 1911 a 1913. Trad. Franco. C. A. São Paulo. Ed. UNESP. 2006. 374p.

GUERRA, Antônio Teixeira. Estudo Geográfico do Território do rio Branco. Rio de Janeiro. Gráfica do IBGE, 1957.

YSSA S. M. Processos de turistificação: Dinâmicas de inclusão exclusão de comunidades locais; IV SeminTUR – Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL Universidade de Caxias do Sul – Mestrado em Turismo Caxias do Sul, RS, Brasil – 7 e 8 de julho de 2006.

Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendaju, Editado em colaboração com a Fundação Nacional Pró-Memória. Rio de Janeiro. IBGE; 1981.

NICOLAS. D. Elementos para uma análise sociogeográfico Del turismo In: Rodrigues A. B. (org). Turismo e geografia – reflexões teóricas e enfoques regionais. Ed. Hucitec. São Paulo. 1996. 274p.

RIBEIRO. P.A.M. In: BARBOSA. R. I. (Ed). Homem, ambiente e ecologia no estado de Roraima. INPA. Manaus. 1997. 630p.

RODRIGUES A. B. (Org). Turismo e geografia – Reflexões teóricas e enfoque regionais. Desafios para os estudos do turismo. Ed. Hucitec. São Paulo. 1996. 274p.

RODRIGUES, Fracilene dos Santos. “Garimpando” A Sociedade Roraimense: Uma Análise da Conjuntura Sócio-política. Belém. Dissertação de Mestrado defendida na Universidade Federal do Pará. 1996.

SWARBROOKE J. Turismo sustentável: meio ambiente e economia. Vol. 2. Trad. Esther Eva Horovitz. São Paulo: Aleph. 2000.

KRIPPENDORF, J. Sociologia do Turismo: Para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Brasil: Civilização Brasileira, 1989. 235.p.

VIEIRA, Elaine Machado. A Exploração de Diamantes em Roraima - 1939 a 1970. Santa Maria. UFSM: 1971.

VIEIRA, Jaci Guilherme. Missionários, Fazendeiros e Índios em Roraima: a disputa pela Terra. 1777 a 1980. Boa Vista. Ed. UFRR. 2007